



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CRIMES CIBERNÉTICOS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1939/15	DATA: 05/10/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte	INÍCIO: 09h38min	TÉRMINO: 13h16min	PÁGINAS: 73

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MÁRIO AZEVEDO JAMBO - JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL — TRF. RUBENS ALEXANDRE DE FRANÇA - DELEGADO-CHEFE DA DELEGACIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (DRCOR) DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. MÁRCIO TENÓRIO WANDERLEY - DELEGADO-CHEFE DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL. MARIA DILMA FELIZARDO FERREIRA - PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO PARA A INOVAÇÃO SOCIAL. RICARDO KLEBER MARTINS GALVÃO - PROFESSOR DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE MARCELO GUEDES - DIRETOR DO SINDISAUDE. GUSTAVO DIÓGENES - ESTUDANTE E EMPRESÁRIO. RAFAEL MAURÍCIO DA COSTA - DIRETOR DA ABCID — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL. GRAÇA LUCAS - COORDENADORA DO FÓRUM DE MULHERES DO RIO GRANDE DO NORTE. CARLOS AUGUSTO MAIA - DEPUTADO ESTADUAL — RN. RAQUEL VASCONCELOS - PEDAGOGA.

SUMÁRIO
OBSERVAÇÕES



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Bom dia.

Declaro aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investiga a prática de crimes cibernéticos.

Nossa ordem do dia de hoje é especial. Contempla o requerimento do ilustre Deputado Rafael Motta, que propôs que a CPI se deslocasse até aqui para ouvir das autoridades locais como está o combate aos crimes cibernéticos que envolvem e prejudicam crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Norte.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Mesa Diretora da Assembleia, na pessoa de seu Presidente, o Deputado Ezequiel Ferreira, e também ao Deputado Ricardo Motta, aqui presente, que abriu as portas desta Casa e bem nos recebeu e ofereceu todo o apoio ao nosso trabalho. Agradeço também à Superintendência Regional da Polícia Federal, comandada pelo Delegado Kandy, e aos policiais Henrique e Flávio, que prestam todo o apoio e segurança à nossa comitiva.

Registro também a importância da iniciativa do Deputado Rafael Motta em trazer a CPI para conhecer a realidade das instituições e da população do Rio Grande do Norte, para verificar de que forma nós todos da CPI poderemos ajudar a combater essa situação da exploração de crianças e jovens.

Um breve relato sobre esta CPI.

A CPI foi criada no mês de agosto de 2015. Já ouviu os delegados federais de Brasília que atuaram em operações de crimes cibernéticos, representantes do Grupo de Trabalho de Combate a Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal e peritos que atuam em casos de crimes virtuais. Ouvimos os grandes provedores que hoje atuam na Internet, como Google, Yahoo e Twitter. Ouvimos os órgãos que cuidam de processamento de dados do Estado, os órgãos de segurança nacional Exército, CGI e ABIN. Ouvimos também juristas e entidades de proteção aos direitos da criança e do adolescente: o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, a ONG Childhood, a UNESCO e a SaferNet. Recebemos também a experiência do Senador Magno Malta, que foi Presidente da CPI da Pedofilia no Senado Federal, CPI que durou 3 anos no Senado.

Como a Internet é um outro mundo, ainda mais vasto do que o que vivemos, foi necessário ouvir todos esses setores para entender como funcionam e quais são as responsabilidades de cada um desses agentes.



Com essa vastidão de assuntos, decidimos dividir o campo de atuação da CPI em quatro sub-relatorias: a que investiga os crimes contra o comércio virtual e o sistema bancário; outra que analisa os direitos individuais, como imagem, honra e a intimidade das pessoas; a que trata de segurança do Estado na rede; e a relatoria que salvaguarda os direitos das crianças e adolescentes, que está sendo conduzida pelo Deputado Rafael Motta.

E exatamente para enriquecer o relatório do Deputado Rafael Motta, trazendo a realidade, as conquistas e as dificuldades aqui do Rio Grande do Norte, é que vamos iniciar esta audiência para debater a situação do enfrentamento da pornografia infanto-juvenil, a prostituição e a exploração de crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Norte.

Quero agradecer a presença de todos, toda a imprensa, todos os funcionários desta Casa, toda a nossa equipe também, que veio de Brasília para participar. Mais uma vez, agradeço ao Presidente da Assembleia, Deputado Ezequiel Ferreira, à Vereadora Eleika Bezerra, ao Vereador Paulo Freire e também ao Deputado Ricardo Motta. Agradeço também na pessoa do Seu Washington, representando aqui o nosso Deputado Rogério Marinho, e a todas as pessoas que vieram fazer parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito e nos ajudar na sua condução.

Vou convidar para compor a Mesa o Sr. Juiz Federal Mário Azevedo Jambo, da 2ª Vara do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (*palmas*); o Sr. Márcio Tenório Wanderley, Delegado-Chefe do Núcleo de Inteligência da Superintendência Regional da Polícia Federal (*palmas*); o Delegado Rubens Alexandre de França, Chefe da Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Superintendência Regional da Polícia Federal (*palmas*); a Sra. Maria Dilma Felizardo Bezerra, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisas e Formação para a Inovação Social (*palmas*); e o Prof. Ricardo Kleber Martins Galvão, especialista das áreas de segurança de redes e perícia forense computacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (*palmas*.)

Gostaria de conceder a palavra ao Deputado Rafael Motta, autor desse requerimento de tanta importância para nos ajudar, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, ainda mais na semana que antecede o Dia das Crianças, a debater cada vez mais este assunto: de como nós darmos uma proteção melhor às nossas crianças e adolescentes, que estão tão vulneráveis ao uso das redes.



Nós hoje temos aí um recorde do nosso País, de usar o dobro da Internet do que a média mundial. Enquanto a média mundial é de 356 minutos, o brasileiro usa 750 minutos. Isso faz com que cada vez mais todos os brasileiros estejam vulneráveis a sofrer crimes cibernéticos.

Essa semana passada mesmo, houve um caso que foi notícia, e noticiado nacionalmente, de vazamento de fotos íntimas. Nós ficamos muito preocupados, porque isso pode ser com qualquer pessoa, e, às vezes, não dão tanta importância. Até mesmo hoje, na Câmara, onde estão funcionando cinco CPIs ligadas à corrupção, a desvio de dinheiro, temos que estar preocupados principalmente com a integridade e com a proteção das pessoas nas redes.

Então, agradeço a oportunidade ao Deputado Rafael de ter feito esse requerimento e poder trazer a CPI, dando início à primeira audiência pública fora da Câmara Federal, aqui no Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Deputado Rafael Motta, Sub-Relator sobre casos de crianças e adolescentes na CPI de Crimes Cibernéticos.

O SR. DEPUTADO RAFAEL MOTTA - Obrigado, Deputada Mariana. Queria desejar um bom dia a todos e a todas. É um enorme prazer estar aqui no dia de hoje, nesta manhã de hoje, agradecendo aqui a todos os funcionários da Assembleia Legislativa, aos servidores, em nome do Presidente, o Deputado Ezequiel Ferreira, à Vereadora Eleika Bezerra, que esteve aqui também presente conosco... Onde está? *(Pausa.)* Ah, a Vereadora está ali atrás do fotógrafo, minha querida amiga. Agradeço ao Vereador Paulo Freire, ao Deputado Ricardo Motta, aqui também presente, ao Washington, que representa o nosso Deputado Rogério Marinho, que não pôde estar presente, e a todos os Deputados Federais — infelizmente, alguns não puderam estar presentes, mas nos disseram da sua indisponibilidade. Quero agradecer em especial aos funcionários da Câmara Federal, que se dispuseram a se deslocar hoje para Natal para acompanhar esta audiência pública, e à nossa Presidenta, a Deputada Federal Mariana Carvalho, do Estado de Rondônia, que tem nos dado muita liberdade à frente desta Comissão e tem nos orgulhado através do seu trabalho legislativo muito profícuo à frente desta CPI. Somos dois Deputados jovens, mas nem por isso nos furtamos do nosso dever de legisladores de estar realmente buscando melhorar a sociedade através do nosso trabalho legislativo.



Queria agradecer aos nossos convidados: ao Dr. Márcio Tenório, Delegado-Chefe do Núcleo de Inteligência da Superintendência Regional da PF; ao Dr. Rubens, Delegado-Chefe da DRCOR; ao Dr. Mário Jambo — eu tenho admiração especial pelo seu trabalho, conhecido por todos nós, um trabalho muito profícuo; à Sra. Maria Dilma, do IBEPIS, que também nos brinda com a sua presença; ao Ricardo Kleber, Professor do IFRN, que também vai nos auxiliar a dar mais embasamento nessa nossa sub-relatoria.

Lembro que a nossa Comissão, a nossa CPI, começou há pouco tempo, não é, Deputada Mariana Carvalho? É uma CPI que tem tido um trabalho legislativo muito intenso, com reuniões semanais — duas vezes por semana, no mínimo —, onde nós trabalhamos na modalidade de audiências públicas e aprovação de projetos e requerimentos.

Estamos a cada dia que passa nos surpreendendo, não é, Deputada Mariana? Nessa CPI, inicialmente, houve algumas tentativas de partidarizar, mas eu acho que a condução da Presidente nos fez demonstrar que é uma CPI apartidária, uma CPI que busca única e exclusivamente a temática dos crimes cibernéticos.

Esta CPI começou com a Operação IB2K, que é a Internet Banking 2 Kilo, que justamente trata de um crime financeiro cometido por internautas entre os anos de 2013 e 2014, em que houve desvio de 2 milhões de reais de alguns correntistas para diversos serviços, diríamos, desde a compra de drogas até o tráfico.

Inteligentemente, a nossa Presidente, Deputada Mariana Carvalho, teve a ideia de dividir esta CPI em quatro sub-relatorias. O nosso Sub-Relator Esperidião Amin não pôde estar presente, mas mandou o seu abraço e disse que certamente o nosso relatório, que será elaborado após esta audiência pública, vai auxiliar no seu embasamento em relação à sua relatoria. As sub-relatorias tratam de incitação ao ódio, de crimes de ordem financeira, mas a nossa sub-relatoria, a que estou presidindo, basicamente trata de crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

Então, é muito importante que a uma semana do Dia das Crianças e do Dia de Nossa Senhora Aparecida nós estejamos trazendo esta CPI ao nosso Estado do Rio Grande do Norte. Infelizmente, o Estado do Rio Grande do Norte é recorrentemente citado nas operações que a Polícia Federal tem deflagrado no Brasil. Recentemente, na Operação Gênesis, houve diversas apreensões de material pornográfico e também apreensão de pessoas que cometiam esses delitos.



Eu costumo falar, Dr. Mário, que a Internet é como uma cidade. É uma cidade onde existem pessoas que prestam serviços, pessoas que vendem determinados produtos, pessoas que têm relações interpessoais com outras e pessoas que estão ali para cometer crimes. Só que a diferença da Internet, do mundo virtual, para o mundo real é que o mundo virtual está envolto numa neblina, é uma cidade com uma neblina muito espessa, onde infelizmente não conseguimos ver o outro indivíduo. Esse clima de, digamos assim, anonimato é um ambiente perfeito para um possível criminoso tomar as suas iniciativas.

Então, a questão do anonimato, da quebra desse tipo de sigilo, é algo que tem sido recorrentemente debatido na Câmara Federal. Até que ponto é liberdade de expressão? Até que ponto é crime o que está sendo cometido? Lembro que o que é crime no mundo real é crime no mundo virtual.

Dr. Mário Jambo, eu acho que o que mais esbarra na legislação brasileira, infelizmente, são os acordos de cooperação internacional, porque Estados do Norte e do Nordeste, especificamente o Estado de Rondônia, o Estado do Acre e também o Estado do Rio Grande do Norte têm sido muito, digamos assim, geradores dessas imagens de exploração dessas crianças. Aquilo não é uma imagem de pedofilia, aquilo é a gravação ou realmente a demonstração de que um crime desse tipo de exploração sexual de criança está sendo cometido. São imagens de exploração dessas crianças. Então, o Estado do Rio Grande do Norte e outros Estados, que têm altíssima vulnerabilidade social, são os alvos frequentes desses criminosos.

Nada é mais justo do que trazer esta CPI hoje para discutir esta temática, aqui, no Estado do Rio Grande do Norte.

E aí ficamos lisonjeados com a presença destas autoridades, lembrando que, para o nosso relatório, a CPI tem 120 dias de trabalho, podendo ser prorrogados — e haverão de ser prorrogados.

O nosso intuito é este: desmascarar e tentar quebrar essa cortina de fumaça e identificar esses possíveis transgressores, seja através da quebra do Internet Protocol — IP dessas identidades, desses computadores, podemos dizer assim, seja através da exploração do que hoje é conhecido como *deep web* ou *darknet* — o nosso professor da UFRN pode até trazer uma nuance sobre isso.

O que nós conhecemos é tido como *surface web*, a ponta do *iceberg*, mas embaixo disso existe uma ramificação de crimes que são cometidos que vão além



do imaginável do ser humano, que vão desde crimes com, por exemplo, pessoas que têm o prazer de pagar para assistir ao vivo a uma tortura ou ao tráfico realmente de pessoas, de crianças. Inclusive eu acho que semana retrasada um inglês estava tentando justamente comprar uma criança aqui no Brasil, e as autoridades conseguiram recorrer a tempo para esse crime não ser cometido.

Então, o mais importante é ouvirmos as autoridades, é ouvirmos também a sociedade civil, aqueles que são mais atingidos, porque não se pode mais viver numa sociedade em que 50 mil imagens desse tipo estão sendo colocadas neste mundo virtual anualmente. Na última década, aumentou 520 vezes o número de denúncias em relação a esse tipo de crime.

Esperamos que esta relatoria e que esta CPI deem os desdobramentos necessários, seja através de Termos de Ajustamento de Condutas, seja através de atualização da legislação brasileira, seja através de novos acordos internacionais entre o Brasil e outros países que são os grandes consumidores desse tipo de material.

Então, mais uma vez agradeço, Deputada Mariana, pela sua presença, como a de todas as autoridades. Quero dizer que a nossa CPI está à disposição para qualquer tipo de embate, de debate ou de recomendação, porque quem tem mais sofrido com isso é a sociedade brasileira, e os mais atingidos são as vítimas, que são as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Deputado Rafael Motta.

As palavras do Deputado dizem bem a realidade da Internet. Vivemos como se fosse mesmo num *iceberg*, e na sociedade temos conhecimento apenas da ponta do *iceberg*. O que está por baixo é a nossa grande preocupação, pois nem as nossas legislações, o próprio Marco Civil, não conseguem atingir essa ponta do *iceberg*, e imaginem, quem dirá, o fundo do *iceberg*. Isso é o que nos assusta, quando descobrimos tantos casos que acontecem pela rede, e muitas vezes as pessoas não têm conhecimento.

Eu gostaria de registrar as seguintes presenças: Sr. Gildeon Mendonça, Presidente do Conselho Regional de Psicologia; Sr. Naelson Borja, Presidente do PTB; Sra. Vanda Maria Santos, Diretora do Instituto Cultural Parque das Dunas; Sr.



Francisco Canindé Silva, Presidente da Escola de Samba Águia Dourada Alecrim; Sr. Valdemir Silva, Diretor do *Jornal Regional*; Sr. Francisco de Assis Santiago, Diretor das Aldeias SOS Brasil; Sra. Deise Del Negro, Assistente Legislativa da Câmara Federal; Sra. Núbia Rodrigues, do Conselho Tutelar da Criança — Sul; Exmo. Sr. Ivanildo Fernandes, Prefeito de Bento Fernandes — obrigada pela presença, Prefeito; Sr. Márcio Enório Wanderley, Delegado da Polícia Federal; Sr. Rubens Alexandre, Delegado de Polícia Federal; Sr. Nonato Queiroz, Vereador da Câmara Municipal de São Gonçalo; Exmo. Sr. Clóvis Secundo Vale, Vereador da cidade de Lajes; Sra. Adna Lígia Dias de Souza Martins, Coordenadora da CODEM; Sra. Sayonara Dias, do CEDECA Casa Renascer, do Conselho Gestor; Sra. Katiúscia Lorena, Coordenadora da Proteção Especial da SETHAS; Sra. Ana Lopes, Psicóloga da Escola Salesiano Dom Bosco; Sra. Tomázia de Araújo, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; Sr. Marcelo Guedes, Diretor da Comunicação do SINDSAUDE; Sr. Manoel Jamir, representando a Pipa Engenharia; Sr. Jaílton Feliciano, representante do Conselho Alvorada; e Sr. Víctor Darlan, Assessor do Vereador Fernando Lucena.

Mais uma vez agradeço a presença de todos que vieram contribuir com o andamento da nossa Comissão.

Gostaria de conceder a palavra aos nossos convidados. Logo após, vamos abrir para algumas perguntas, até mesmo ao próprio Sub-Relator, Deputado Rafael Motta.

Concedo a palavra ao Juiz Federal Mário Azevedo Jambo, da 2ª Vara do Tribunal Regional Federal — TRF.

O SR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO - Bom dia a todos!. Só para entender o formato, seria aqui mesmo?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Isso, como o senhor preferir. Se preferir falar de pé, não sei se tem apresentação...

O SR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO - O que for melhor para os senhores. Eu sou meio inquieto, mas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Como o senhor se sentir mais à vontade.

O SR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO - Bom dia a todos! Queria agradecer a oportunidade de vir aqui trocar ideias, na pessoa da Deputada Mariana Carvalho,



que honra a Câmara dos Deputados, bem como esta Casa Legislativa do Estado e as pessoas aqui presentes.

Eu vou pedir desculpas, primeiro, um pouquinho, porque estou com uma tosse meio chata desde ontem. Foi até bom vir para cá para não passar uma virose para vocês. Eu estou tossindo assim... Antes, é sempre bom... Quando eu recebi o convite do Deputado Rafael Motta, eu fiquei muito feliz porque... Quanto tempo eu tenho, Sra. Deputada? Só para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - O tempo que o senhor achar necessário para a sua apresentação.

O SR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO - Eu vou ser breve. É bem rápido.

É sempre bom, para quem aplica a lei, poder ter a oportunidade de conversar com quem faz a lei e trazer as angústias que a gente tem nesse difícil trabalho de julgar. Quando a gente vai falar aqui em crimes cibernéticos, eu não posso deixar também de falar que todo crime, normalmente, tem um vítima e tem um autor.

E, por responsabilidade, pelo menos a partir do momento em que eu estou falando com Deputados Federais, eu gostaria de colocar em que contexto a gente vai tratar esse assunto, não é? No meu entendimento hoje, nós estamos num contexto de um Estado brasileiro punitivo. Já esclareço logo que a legislação em relação à proteção da criança não está nesse contexto de Estado punitivo.

Mas o que seria um Estado punitivo? O que caracteriza um Estado punitivo? É uma Constituição livre, uma Constituição democrática, com legislação altamente avançada em termos de direitos humanos. É uma legislação, nesse mesmo sentido, mas, em outro sentido, é uma criminalização cada vez maior de cada conduta humana. E mais, é uma total falta de preocupação em ressocializar quem comete esses crimes.

Aqui quero fazer um contraponto, porque eu tenho certeza de que os delegados federais vão tratar muito mais do aspecto investigativo da persecução penal. Eu quero tratar de alguns temas e abordá-los, também, para uma reflexão do contexto disso. Então, há uma legislação cada vez mais punitiva, cada fato humano hoje é criminalizado e, mais uma vez, dentro dos crimes cibernéticos em relação à proteção a crianças e adolescentes, não. Falta lei. Não há Estado punitivo nesse sentido. Falta lei.



Não poderia também, Sra. Deputada Mariana Carvalho, deixar de externar o meu ponto de vista. Eu sei que há repercussão lá em Brasília quando eu falo do Estado punitivo, quando falo que não se pensa em ressocialização, mas se pensa em redução de idade penal e se pensa, também, na pena de morte. Não vou aqui entrar na discussão dos aspectos constitucionais disso. Não vale a pena.

Se V.Exa. me permitir, quero contar uma pequena história. Eu estava lendo um livro do Luiz Eduardo Soares, um antropólogo que escreveu um livro chamado *Justiça*. Ele, também, fez outros livros, como *Elite da Tropa* e tudo o mais. Ele foi fazer uma palestra em Recife — e aqui eu vou tratar especificamente, porque eu sou claramente contrário à redução da idade penal, seja para qualquer crime.

Ele foi fazer uma palestra em Recife, pegou um táxi e começou a anotar no papel o que iria falar nessa palestra. E o motorista de táxi estava doído, estava revoltado com alguma coisa e começou a puxar conversa. Ele nem queria conversar — isso está no livro dele.

Ele, então, começou a conversar com o motorista, que falou indignado: *“Puxa vida! Tem que reduzir a idade penal, tem que haver pena de morte neste País. Meu compadre foi assassinado. Meu compadre, motorista de ônibus, foi assassinado hoje por dois menores de idade, que tinham 16 e 17 anos. Tem que reduzir a idade penal. Tem que matar. Ele deixou dois filhos. Meu compadre deixou dois filhos!”*.

E Eduardo Soares começou a ouvir aquilo, deixando o cara extravasar, e começou a concordar com ele: *“Puxa! É verdade. Ele deixou dois filhos. Muito provavelmente, os filhos do seu compadre vão se envolver com o tráfico, porque eles vão ser criados sem pai. E eles moram num lugar carente. Muito provavelmente, vão se envolver com droga”*. E o motorista do táxi, cada vez, com mais ênfase: *“Puxa! Tem que matar mesmo. Os meninos vão ser criados sem pai, sem mãe. Vão se envolver com drogas!”*

E ele falou: *“Muito provavelmente, eles vão comprar uma arma para poder comprar essa droga e pode ser que eles matem um motorista de ônibus”*. E ele chega a uma conclusão maravilhosa: a de que o sentido da história depende do momento em que eu começo a contar essa história.

Eu recebi um colégio estadual. Há um programa na Justiça Federal chamado Escola na Justiça. Não gosto muito, porque acho que nós temos que avançar. Acho que tem que ser Justiça na Escola. As escolas estaduais vão para lá —



normalmente, são escolas públicas. A Escola Anísio Teixeira foi para lá, e os alunos eram adolescentes. Eu vou chegar ao crime cibernético, mas eu tenho que contextualizar, porque eu sou angustiado para caramba.

Eles foram para lá, e o auditório ficou lotado com os adolescentes da Escola Anísio Teixeira que estavam lá. E eu perguntei quem era a favor da redução da idade penal e da pena de morte. Eram a favor 90,99%. Eles eram a favor e, muito possivelmente, pela classe social de que eles vieram, seriam as grandes vítimas disso.

Eu, lembrando o livro do Eduardo Soares, eu resolvi fazer uma loucura lá. Quem quer julgar, então? Há lá o auditório da Justiça Federal — mais ou menos, parecido. Eu botei dez meninos para julgarem e eu falei: *“Vamos representar aqui um fato”*. Inventei um ônibus imaginário, chamei quem queria ser aluno nesse ônibus. E é gozado que eles sempre vão mais do que a gente espera. Davam até umas freadas: *“Ô!”*

Então, ficaram dez alunos. Um, como motorista, e dois, fazendo o papel dos meninos que entraram no ônibus. Eles entraram no ônibus e atiraram. O menino, representando o motorista de ônibus, até de forma que parecia com um ator mesmo, caiu no chão morto. Aí eu expliquei o segundo fato. Saiu todo mundo. Quem é a favor, nesse primeiro fato, da pena de morte? Todos levantaram. Pena de morte e redução da idade penal? Todos.

Eu fiz o segundo ônibus, em que os criminosos eram filhos dos motoristas que foram assassinados. O fato era idêntico: dois criminosos, homicídio. Idêntico, só que eu expliquei a história anterior deles. Terminada a encenação, perguntei quem era a favor e como seria o julgamento. Eles falaram: *“Para esses, não. Puxa! Esses, não se pode matar, nem reduzir a sua idade penal”*.

O sentido da história depende do momento em que a gente começa a contá-la. Infelizmente, o Direito Penal só se lembra do passado das pessoas para piorar: antecedentes e reincidência. O Direito Penal não se preocupa com a história anterior dessas pessoas.

E nós vamos falar aqui de pedofilia, nós vamos aqui falar de crime num Estado profundamente ausente em todas essas áreas. Ele não dá educação, não dá saúde, não dá saneamento básico, não dá nada. Ele dá o Estado punitivo. Eu tenho



casos de julgamentos de pessoas não alfabetizadas e sem trabalho cujo primeiro contato com o Estado é com o juiz criminal — o primeiro contato.

Então, é desse contexto que nós vamos ter que tratar. Nós estamos vivendo, sim, num Estado punitivo, que não se preocupa com ressocialização. Nós vamos tratar agora de crimes cibernéticos e de proteção às crianças e aos adolescentes nos chamados “crimes de pedofilia”.

Cuidado: esse termo é uma impropriedade. Não existe crime de pedofilia. Podem procurar. Em qualquer legislação, não existe o crime de pedofilia. Existe um transtorno psíquico, mental ou sexual — os psicólogos podem falar melhor. Há um transtorno mental de pedofilia, que é considerado, até pela Organização Mundial da Saúde, como doença. Há uma CID, a CID-10, eu até anotei aqui, e há o F65.4.

Então, não há o crime de pedofilia. Há um transtorno mental. E, quando transborda o transtorno mental e atua em algumas áreas, já previstas da legislação, isso se torna um crime, não de pedofilia, mas crime de divulgar imagens de crianças e tudo o mais. Mas não existe o crime de pedofilia.

Nessa área de crimes cibernéticos — voltando ao que a gente está falando aqui —, não adianta achar que o Direito Penal vai resolver esses problemas. Nós temos que nos preocupar com a prevenção, com a atuação permanente do Estado, da Psicologia, da Psiquiatria, com a atuação em escolas de pessoas preparadas para identificar esse caso. No caso de pedofilia, então, é algo muito profundo, porque a maioria das violações tem a ver com pessoas que deveriam estar protegendo essas crianças.

Há um caso de uma operação da Polícia Federal, uma parte dela veio para cá, uma atuação espetacular da Polícia Federal em termos técnicos de informática, de atuação, de criação de ambiente virtual para poder identificar essas pessoas. E eu estou julgando uma pessoa, isso está em segredo de justiça, não é para proteger o violador, é para proteger as imagens da criança. Lá há *e-mails* transmitidos entre essas pessoas, e fotos, coisas assim, como dizendo, um pai falando que está esperando um filho nascer para poder iniciar, e mães que participam segurando crianças de 4 ou 5 anos. Tem fotos de bebês com ruga na perna, ruguinha na perna, de 1 ano, 1 ano e pouco. Então, é algo muito mais sério do que simplesmente o Direito Penal.



Há um sociólogo polonês chamado Bauman, cuja leitura eu recomendo, que fala da modernidade líquida. Nós estamos em uma sociedade que perdeu os valores, nós não estávamos preparados para essa rapidez, o tempo e o espaço foram relativizados aqui, e a gente não estava preparado para isso.

Outro dia recebi um *e-mail* com uma foto que fala que o homem já passou pelo Paleolítico, Mesolítico, Neolítico e agora está no “ansiolítico”. Nós estamos em uma modernidade líquida em que ninguém sabe mais em que se apoiar. Enquanto a gente não resgatar esse sentimento de humanidade, Direito Penal é pouco para isso. Nós temos de atuar nas escolas sem medo de tratar do assunto, para que essas crianças possam identificar em que contexto elas estão em uma eventual ação desse tipo. Como é que uma criança vai denunciar um pai e uma mãe? Nós temos de preparar psicólogos em escolas públicas e privadas para atuar nesse sentido e poder identificar o que está acontecendo com aquela criança.

Avançando mais um pouco, existem os crimes cibernéticos. Depois, a gente vai falar da pedofilia mais especificamente, e eu não vou me alongar muito.

Evidentemente, toda legislação sempre está atrasada em relação aos fatos da vida, isso é fato. Então, sai a legislação, e a vida está correndo. Às vezes, a legislação também demora um pouco para sair devido aos trâmites que têm que ocorrer. Normalmente, os fatos da vida estão adiante da legislação. Por que a importância dos princípios para quem é da área do Direito? Justamente para adaptar aquela legislação a aspectos mais modernos. No Direito Penal, há um problema: a gente não pode atuar com analogia contra a parte, contra o autor do delito, não é possível adaptar. A gente até falou do Stênio Garcia agora.

Na Lei Carolina Dieckmann, que foi devido a uma atuação em que se divulgaram fotos íntimas da atriz. Vejam como a gente está adstrito ao princípio da legalidade, que é importante. É a roda do Direito Penal o princípio da legalidade. Não pode existir crime sem anterior definição nem pena sem cominação anterior, isso é garantia para todos nós. As pessoas acham que é para os criminosos. Não, é para todos nós.

No caso da Carolina Dieckmann, a lei que foi criada fala o seguinte: invasão com quebra de segurança. Com o Stênio Garcia, não vai ser possível, penso eu, puni-lo, porque não houve quebra de segurança. O novo Código Penal já vem com isso, não só com quebra de segurança, mas com invasão de qualquer tipo. No caso



dele, parece-me que ele entregou o celular, inclusive abrindo a senha, então não há tipicidade.

O que é tipicidade? Bem rapidinho, é o seguinte: eu tenho o fato da vida que está aqui, este é o fato da vida, com todas as suas descrições, o legislador cria um fato na lei, dizendo que esse fato da vida é punível. Então, ele é um crime. Aqui é o tipo penal. Se eu conseguir adequar perfeitamente o fato da vida ao tipo penal, eu tenho o crime. Nesse caso, vai faltar, porque não houve invasão de dispositivo de segurança e não vai ser crime. Não é que não possa ser punido no aspecto cível, pode ser punido ou pode ser outro crime, dependendo do caso.

Então, o grande problema hoje na legislação, em termos de crimes cibernéticos, primeiramente, é entender os conceitos. Já houve caso, inclusive, de pedofilia. Parece-me que houve uma operação no Rio de Janeiro chamada Cathedral, ou alguma coisa nesse sentido, que tinha a ver com pedofilia. Na época, eles foram absolvidos, porque a legislação era a anterior e não se considerou como publicação disponibilizar pela Internet. O termo não era adequado, e o juiz, no tribunal, entendeu que aquilo não seria possível.

Portanto, em relação aos crimes cibernéticos, há necessidade, sim, de adaptação e de criação de leis específicas.

Há duas espécies de crimes cibernéticos, de forma bem ampla. Uma seriam os crimes cibernéticos próprios, sobre os quais há quase nada na legislação brasileira. O que é isso? É a atuação criminosa contra o próprio sistema cibernético. O novo Código Penal tem um capítulo inteiro sobre os crimes cibernéticos próprios

Os crimes cibernéticos impróprios ocorrem quando a atuação criminosa usa um meio de Internet, os meios cibernéticos, para outro fim, como, por exemplo, o furto mediante fraude, com aqueles aspectos de senha. Eu entendo que esse seria outro tipo de crime, mas, como o STJ já entendeu que é furto mediante fraude, vou seguindo isso. O ruim é que, se a pessoa age aqui, se consegue clonar meu cartão aqui em Natal, mas a conta é em Santa Catarina, eu tenho que mandar o processo lá para Santa Catarina, de onde foi retirado o valor da conta.

Então, seria preciso adaptar conceitos e criar mecanismos de Polícia Judiciária. Nesse ponto, a Polícia Federal está bem adiantada, mas, é lógico, sempre pode melhorar. Acredito que, se eu disser que está tudo bem, eles vão achar ruim, porque, senão, ninguém faz mais nada pelo setor.



A Polícia Federal tem desenvolvido, inclusive, mecanismos de criação de espaços para identificação na Internet profunda, na *deep net*. Ela cria um espaço lá, e não podemos chegar muito adiante. E é preciso ter um cuidado enorme: em primeiro lugar, é preciso haver autorização judicial; em segundo lugar, aquele espaço criado virtualmente não pode induzir ao crime, senão vamos começar a discutir se o flagrante é preparado, se o flagrante é esperado ou não. Então, há todo um cuidado.

Também há necessidade de antecipar alguns atos na legislação, e o novo Código de Processo Penal tem feito isso. Por exemplo, hoje em dia, se eu encontro alguém cheio de produtos para clonar cartão num hotel, isso não é nada se eu não encontro nenhum cartão clonado. Por quê? Porque se trata de meros atos preparatórios.

O novo Código Penal avançou nesse sentido ao antecipar o ato, como faz hoje em relação à moeda falsa. Ou seja, se a pessoa é encontrada com objetos e equipamentos que fazem moeda falsa, isso já é crime. O novo Código Penal já tem essa antecipação também. Há um tipo que se refere à pessoa que tem máquinas que podem violar segurança de sistemas. Então, se a pessoa for pega num hotel com esses equipamentos, já vai ser possível a punição.

Temos que lembrar que, para haver crime, é preciso ocorrer quatro estágios. O primeiro é a cogitação, algo mental. Vamos considerar o aspecto da pedofilia — eu vou chamar assim, mas não é crime a pedofilia. Se o pedófilo não sair da vontade, isso não é nada. Hoje, se ele começar a participar de atos preparatórios, também não será nada, porque a lei não pune atos preparatórios, a não ser que o artigo de lei defina isso, que o legislador defina aquele ato preparatório, como é o caso da moeda falsa e vai ser o dos equipamentos, para que isso também possa ser punido. Depois, vem a execução propriamente dita, que pode levar à tentativa ou à própria consumação, e o último estágio é a consumação do delito.

É necessário o estudo dos senhores legisladores, junto com técnicos — eu não sou técnico na área de Informática —, para verificar de que forma se pode antecipar os atos preparatórios e torná-los crime, para que não só a execução mas também os atos preparatórios sejam considerados crimes.

E como os senhores vão achar uma solução dentro de um ambiente onde o que se preza é a liberdade? Nós temos que encontrar mecanismos técnicos que



informem que aqueles atos preparatórios são tão inerentes ao crime de pedofilia ou ao crime cibernético que devem ser definidos como crime, sem alterar a liberdade do sistema, que é algo muito maior e que tem de ser preservado.

Já falei aos senhores dessa dificuldade de tipicidade. Outra dificuldade é a da identificação do autor. Nos crimes normais, chamados não cibernéticos, isso é muito fácil, a tipicidade está clara. Não há conceitos técnicos; os conceitos são muito mais da vida, e identificamos por câmara ou por testemunha que foi o Fulano de Tal.

Na Internet, em relação a crimes cibernéticos, há aspectos de Internet profunda, de programas, como o chamado Tor, que ocultam a pessoa que praticou a ação. Esses são conceitos que os senhores vão disciplinar melhor.

Sobre os aspectos de infiltração, eu já falei. Há uma lei no Congresso Nacional que já disciplina, em relação à pedofilia, a possibilidade de infiltração, coisa que a Polícia Federal já faz hoje, de forma bem efetiva, com autorização judicial, acompanhada pelo Ministério Público Federal.

Quando eu falo em prevenção — temos que discutir isso muito mais no aspecto da prevenção —, também há o aspecto de tentar atuar da forma mais rápida possível para retirar as imagens das pessoas de lá. Isso teria de ter feito por cooperação internacional, porque, se formos esperar uma ação de Judiciário para Judiciário, vamos morrer sem que nada aconteça.

Sobre a punição, um caso está ocorrendo comigo. Eu soltei a pessoa; ele não divulgava. É tão difícil identificar esses autores pela Internet e também pela vida que levam, Deputada! Ele era casado, psicólogo e trabalhava normalmente. Normalmente, crimes de pedofilia são praticados por pessoas inseridas no convívio social, com a característica de terem uma timidez maior. O tipo de crime permitia que lhe fosse dada a liberdade para acompanhar o processo, e eu coloquei como condição que ele fizesse um tratamento terapêutico. Ele está sendo acompanhado. Ele não apresenta o resultado porque há o sigilo dele, mas, pelo menos, demonstra que está indo ao psicólogo. Há o relatório do psicólogo em relação à presença e à participação de melhoria ou não.

É tão difícil tratar dessa matéria! Muitos sugerem que isso seja uma doença inimputável, que pode levar a pessoa a não responder pelo crime. Todos os manuais que eu li afastam essa hipótese. A pessoa tem consciência de que está fazendo coisa errada. Em alguns casos, ela tem dificuldade de agir conforme esse



entendimento, o que poderia levar a uma semi-imputabilidade — poderia, mas, na maioria dos casos, não leva.

Há outras coisas que temos que verificar também, como o aspecto de lucro. Isso gera muito lucro. Não achem que as pessoas estão ali por algum desvio, por algum transtorno mental ou sexual; isso também gera muito lucro. Capacitar as Polícias para que identifiquem esses caminhos do dinheiro também é importante.

Então, eu queria trazer esse contraponto. Não deixem só para o Direito Penal a solução disso tudo; a prevenção é mais importante. Chega desse Estado omissivo em todas as áreas! E eu estou me incluindo — eu faço parte do Estado —, para que não haja nenhum melindre. Chega de um Judiciário que só julga, ainda mais em matéria penal, com sentenças que são mero formulários, sem a preocupação de individualizar aquela pena. Seria necessário atuar também no sentido de buscar penas alternativas que possam recuperar.

Finalizando, mais uma vez, quero agradecer e dizer que eu gosto muito do Tom Zé e da Ana Carolina. Eu sempre gosto de dizer que eles têm uma música, que se chama *Unimultiplicidade* — eu não vou cantar, para vocês não ficarem com raiva de mim —, que diz assim: “*Eu quero a unimultiplicidade, onde cada homem é, sozinho, a casa da humanidade*”. Dentro desse contexto, senhores, todos nós não podemos perder esse sentido de casa da humanidade.

Muito obrigado aos senhores. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Muito obrigada pelas palavras.

Faço referência ao que o senhor falou sobre o CID-10: é o F65.4 — Transtorno da Preferência Sexual. Nós vemos a gravidade disso. As nossas psicólogas e psiquiatras sabem bem sobre esse assunto.

Nesta semana, eu estive na Polícia Federal e constatei que o trâmite desse projeto vai, cada vez mais, dar à polícia facilidade e até mesmo autonomia para investigar, para que consigamos finalizar. O grande problema são esses programas que dificultam a identificação, como o Tor, que o senhor mencionou como exemplo.

Como o senhor disse, a legislação acaba ficando atrasada. Imagine em relação à Internet! Enquanto estamos pensando num programa para ter proteção, já nos ultrapassaram em quase 10 anos. São os avanços. Até que ponto, podemos pensar em legislar nesses casos? Todas as vezes que fizermos uma legislação para



essas redes profundas, eles já vão ter outro caminho, outra forma, outros programas mais avançados do que a nossa legislação, que, cada vez mais, tem lentidão para ser colocada em prática, como o Marco Civil, que até hoje não funciona.

Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Aquino Neto, Vereador de Natal; do Sr. Carlos André da Costa, Conselheiro Tutelar da Região Oeste; do Sr. Carlos Alexandre dos Santos, Presidente da Federação de Luta Olímpica do Rio Grande do Norte; do Sr. Leonardo Oliveira, Prefeito de Ipanguaçu; do amigo Serginho, de Serra Negra; e da Deputada Estadual Márcia Maia.

Obrigada pela presença.

Gostaria de ler memorando recebido:

“Sr. Deputado, de ordem, venho, por meio deste, justificar a ausência do Deputado Hermano da Costa Moraes na audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigar Crimes Cibernéticos que acontecerá no dia 5 de outubro, em virtude de tratamento de saúde.

Sendo assim, solicito que esta justificativa seja encaminhada ao setor competente, para as devidas providências.

Sr. João Alberto

Chefe de Gabinete”

Está justificado. Estimo melhoras ao Deputado.

Concedo a palavra ao Sr. Rubens Alexandre de França, Chefe da Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado.

O SR. RUBENS ALEXANDRE DE FRANÇA - Deputada Mariana, por seu intermédio, cumprimento a todos e agradeço a oportunidade de estar presente nesta Casa, participando desta CPI tão importante.

Antes de começar a falar, eu gostaria de enaltecer o trabalho que vem sendo feito pelos colegas e por V.Exas. no sentido de tentar trazer alguma luz a esse tipo de prática, que, infelizmente, está ficando tão comum no nosso País.

A vinda desta Comissão para cá é muito importante e pode servir para abrir os olhos da população e de todas as entidades que estão aqui presentes para a gravidade do que nós passamos hoje.

Deputada Mariana, Deputado Rafael, agradeço o convite e espero que esta audiência pública seja realmente proveitosa.



Eu sou delegado da Polícia Federal, e minha atuação no Estado é de coordenação. Eu trabalho na área de combate ao crime organizado, mas trabalho mais na área de coordenação. O Dr. Márcio, nosso Chefe do Núcleo de Inteligência, trabalha mais na área operacional. Então, o que eu vou dizer vai estar relacionado mais com a parte estrutural da Polícia Federal. Vou falar de alguns detalhes de algumas operações que a Polícia Federal realizou nos últimos tempos. A parte efetivamente operacional vai ficar a cargo do Dr. Márcio.

Nos últimos 2 anos, no Estado do Rio Grande do Norte, a Polícia Federal deflagrou quatro operações relacionadas com o assunto. No início de 2014, houve uma operação muito pequena, chamada Anjos Proibidos, que nem colocamos na imprensa, porque estávamos preocupados com a exposição. Esta é uma preocupação da Polícia Federal em todas as operações que deflagramos: a exposição dos indivíduos que estão sendo investigados.

Como essa operação do início de 2014 foi uma das primeiras e não tínhamos o formato ainda delineado, tivemos uma preocupação muito maior com a exposição, até porque, como os senhores sabem, qualquer tipo de operação policial, principalmente da Polícia Federal, chama muito a atenção. Várias vezes a Polícia Federal foi acusada de algum ato um pouco mais espalhafatoso. Então, hoje, nós temos esse critério de resguardar todos os indivíduos envolvidos.

Já em 2014 e em 2015, nós fizemos mais três operações: Operação Darknet, que foi a principal operação da Polícia Federal relacionada com esse assunto nos últimos tempos — nós tivemos uma perna dela aqui no Rio Grande do Norte; Operação Araceli, que foi o Dr. Márcio quem conduziu, e, recentemente, a Operação Gênese, mais focada na região de Mossoró.

Na Operação Darknet, houve cinco mandados de busca e apreensão e uma prisão em flagrante. Na Operação Araceli, houve doze mandados de busca e três prisões em flagrante. Na Operação Gênese, houve dez mandados de busca e, se não me engano, cinco prisões em flagrante.

É importante que os senhores saibam que a estrutura da Polícia Federal vem tentando ser adequada. Nossos dirigentes vêm tentando adequar a estrutura da Polícia Federal para esse montante de informações que vimos recebendo. Todo dia recebemos uma demanda nova.



Há 10 anos, quando iniciaram esses trabalhos da Polícia Federal, tínhamos uma estrutura pequena. Hoje, felizmente, nós já temos alguns setores específicos dentro da Polícia, tanto em Brasília quanto nas nossas representações regionais, nas nossas superintendências. Essas estruturas são as que realizam as investigações relacionadas com o tema.

No nosso caso específico, a questão da pedofilia é uma preocupação — como o Dr. Jambo apontou, o termo é tecnicamente incorreto, mas é o que todo o mundo fala, e temos que falar para que todo mundo entenda.

A questão da pedofilia, para nós, é uma grande preocupação, tanto é que a Polícia Federal vem montando essas estruturas e tem tentado melhorar a atuação, nesse âmbito, com parcerias. Hoje nós temos diversas parcerias dentro do Estado brasileiro. Os grandes parceiros diretos da atuação da Polícia Federal são a Justiça Federal e o Ministério Público, que estão sempre atuando diretamente conosco. Esses são os parceiros institucionais que estão atuando diretamente conosco.

Mas, dentro dessa demanda que nos é colocada todos os dias, também buscamos parcerias com órgãos que não são do Governo. Por exemplo, nós temos parcerias com ONGs, temos parcerias com ONGs no exterior. Nós buscamos fazer cursos, trazer cursos para cá, treinar nosso pessoal fora, buscar *softwares*, buscar mecanismos, buscar ferramentas que nos auxiliem nesse tipo de investigação.

Então, hoje, dentro da estrutura da Polícia Federal, nós temos policiais altamente preparados para esse tipo de investigação. O Dr. Mário Jambo apresentou aqui algumas operações nossas em que os policiais fizeram o serviço. Eu considero a Operação Darknet uma das melhores operações da Polícia Federal, exatamente em virtude do ineditismo dela. A operação foi inédita. Essa foi uma das primeiras vezes em que alguma polícia no mundo conseguiu investigar a pedofilia dentro da *deep web*. E fizemos isso com resultados fantásticos, resultados impressionantes mesmo.

O Dr. Mário já colocou a questão desse pai que estava esperando o filho nascer, já se programando para abusar desse filho. Nesse caso específico, a Polícia Federal conseguiu atuar de forma a evitar isso. Identificamos o indivíduo, identificamos a família, e esse pai foi retirado. Imediatamente ele foi preso, com mandado de prisão, conseguimos prendê-lo, ele foi retirado e hoje não tem mais o pátrio poder em relação ao seu filho. Ele foi afastado da família.



Então, além dessas ferramentas, nós temos policiais preparados e que sabem a hora de atuar. Nós temos equipamentos e *softwares*, que são os mais modernos que conseguimos adquirir, que estão dentro do nosso nível de atuação. Nós não temos, obviamente, uma capacidade como a dos Estados Unidos, por exemplo, que é algo surreal. Mas, dada a nossa capacidade técnica e o que é possível para a Polícia Federal, nós estamos trabalhando para adquirir sempre o que há de melhor: *softwares* de identificação de imagens, *softwares* de detecção de IPs, de identificação de IPs.

Toda essa tecnologia que a Polícia Federal vem adquirindo ao longo do tempo só se torna realmente efetiva a partir do momento em que conseguimos produzir uma boa prova. E, para produzirmos uma boa prova, para levar para o Dr. Jambo julgar e para que a sociedade veja o retorno disso, nós precisamos de policiais bem treinados, e hoje a Polícia Federal felizmente conta com uma estrutura razoável dentro do Estado brasileiro. Infelizmente, a Polícia Federal é uma das poucas instituições que têm essa estrutura. Então, por exemplo, quanto a outras práticas criminosas relacionadas ao espaço cibernético, são poucas as Polícias Civis que têm realmente uma estrutura capacitada para trabalhar com esse tipo de crime.

Lá na Polícia Federal, recebemos diariamente denúncias de crimes cibernéticos que não estão relacionados à competência da Polícia Federal. E aí dizemos: "*Procure a Polícia Civil*". Sim, mas a Polícia Civil não tem uma unidade específica para isso. É uma pena. Realmente nos ressentimos dessa ausência de atuação de outra polícia, outro corpo policial que atue junto com a Polícia Federal, logicamente dentro da competência da própria Polícia Civil.

Aqui no Rio Grande do Norte, especificamente, nossa estrutura conta com um delegado, que, na realidade, não atua exclusivamente na área de crimes cibernéticos; ele tem outras atividades. Nós temos um escrivão de Polícia Federal, três agentes e um perito. É claro que temos um grupo que é designado pelo nosso superintendente, e, logicamente, quando existe uma demanda, nós podemos agregar outros servidores a esse grupo. Então, ele fica estaque num primeiro momento, mas não hermético. Podemos mexer nesse grupo, podemos aumentá-lo quando houver necessidade.

Todo mundo sabe que a Polícia Federal atua na repressão. Só que a Polícia Federal, de alguns anos para cá, está também muito preocupada com a questão da



prevenção. O grande *know-how* da Polícia Federal sempre foi o combate ao entorpecente. Todos sabem disso. A Polícia Federal tem um *know-how* fantástico com relação ao combate ao tráfico de drogas. Em virtude desse tempo em que a Polícia Federal vem atuando no tráfico de drogas, ela conseguiu desenvolver um programa de prevenção — algo parecido com o que o Dr. Mário Jambo colocou: ir às escolas, ir às instituições que precisam de uma orientação e passar essa orientação. Hoje nós temos na Polícia Federal alguns servidores que fazem esse tipo de trabalho; vão às escolas ou a qualquer outra instituição e falam sobre a prevenção de entorpecentes: como prevenir, como reconhecer, como atuar quando se desconfia de alguém que esteja traficando. Então, nós temos essa preocupação.

Com relação aos crimes de pedofilia, isso também já está vindo à tona em virtude de a Polícia Federal estar atuando também nisso já há algum tempo. Nós estamos conseguindo, já existe um projeto na nossa sede, estruturar grupos também relacionados com esse tipo de prevenção. A mesma coisa que fazemos com entorpecente, faríamos com esse tipo de prevenção, com esse tipo de crime, mas de forma um pouco mais abrangente, falando também sobre *cyberbullying* e todos aqueles *sextings*, não especificamente só relacionados à pedofilia, mas a outros tipos de crimes cibernéticos, para a formação das crianças e dos adolescentes, para que a internalização desses conceitos já comecem desde cedo nas escolas e em outras organizações.

Não há nenhuma dúvida de que o Brasil hoje é um grande consumidor desse tipo de mídia. Temos que diferenciar, como o Dr. Mário colocou: tem muita gente que ganha dinheiro com isso e tem muita gente que não ganha dinheiro com isso. Aquela pessoa que simplesmente consome não está ganhando dinheiro com aquilo, mas quem produz está ganhando muito dinheiro com isso. E a Polícia Federal tem que atuar nas duas frentes.

O Brasil, infelizmente, é um grande consumidor, é um grande consumidor. Os dados são alarmantes. O trânsito desse tipo de mídia, desse tipo de imagens, tanto na *deep web* como na *web* comum, é alarmante. Nós temos dados — acho até que o Dr. Mário deve ter dados melhores sobre isso — que nos deixam realmente preocupados.

Em relação ao que o Dr. Rafael colocou sobre a questão da vulnerabilidade social, e o Brasil como um Estado produtor desse tipo de mídia, infelizmente isso é



uma realidade também. E quando falamos em vulnerabilidade social, temos de considerar outros crimes que ocorrem também. Aqui, no Estado mesmo, é uma grande preocupação o tráfico de pessoas, todo mundo sabe disso. Por que o Estado do Rio Grande do Norte algumas vezes é considerado como o Estado que serve como produtor de mão de obra para esse tráfico de pessoas? Essas mulheres são encaminhadas para o exterior, em muitos casos em virtude dessa vulnerabilidade social. É óbvio que isso se aplica também à questão da pedofilia. As crianças e os adolescentes que não têm informação, que estão em uma condição de vulnerabilidade, com certeza são alvos fáceis para esses predadores, essas pessoas que querem ganhar dinheiro com esse mercado.

Basicamente, senhores, da nossa parte, nós temos dois pontos específicos. Como a Polícia atua especificamente na área de repressão nesses casos — em alguns pontos, atuamos na área de prevenção —, não há como pensarmos em outra forma de melhorar o nosso trabalho que não seja obviamente capacitando pessoal, aumentando pessoal e com mais meios. No entanto, a Polícia Federal está razoavelmente bem. Como o Dr. Mário também colocou, não estamos bem, estamos razoavelmente bem. Nós temos como fazer uma parte do trabalho. Uma parte do trabalho nós temos condição de fazer. Mas essa parte do trabalho não é nem 10% do que deveria ser feito. Quando o Dr. Márcio colocar aqui os dados, os senhores vão ver a imensidão do problema.

Para que também possamos ter uma tranquilidade maior e conseguir ter mais foco, nós precisamos naturalmente que as Polícias Civas dos Estados sejam fortalecidas. Elas precisam ser reestruturadas e fortalecidas de forma a garantir uma repressão uniforme de outros tipos de crime também, porque basicamente, no que diz respeito à pedofilia, a Polícia Federal atua bastante. Só que, em determinadas situações, a Polícia Federal está longe. Então, se considerarmos o interior do Estado, veremos que a Polícia Federal está muito longe. Eu não tenho como receber uma denúncia de alguém lá de Pau dos Ferros, por exemplo. Mas lá existe uma delegacia de Polícia Civil. Se esse delegado de Polícia Civil tiver uma capacitação mínima, ele tem condições de receber isso, entrar em contato com a Polícia Federal, e aí, sim, trabalhar, ou ele mesmo iniciar um trabalho, se for um caso de competência dele. Inevitavelmente, nós precisamos que as Polícias Civas passem por uma reestruturação e tenham condições de trabalhar nessa área também.



A Polícia Federal entende que a questão da prevenção é de extrema importância. Nós precisamos fortalecer esses grupos de atuação, tanto da Polícia Federal, quanto de outras instituições, no sentido de trazer aos nossos jovens, às nossas crianças e adolescentes informações de forma coerente e de forma a não trazer prejuízo para o desenvolvimento desse indivíduo, para que ele possa saber atuar em casos onde ele perceba a ocorrência de alguns desses tipos de crime.

Precisamos também fortalecer as parcerias internacionais. A Polícia Federal tem algumas parcerias, mas elas são insuficientes. Nós precisamos colocar o nosso pessoal em contato com o que há de mais moderno na tecnologia, porque, como todos sabem, nós estamos sempre um passo atrás, sempre. Não conseguimos acompanhar a evolução.

Com base nesse raciocínio, Excelências, de vez em quando conversamos sobre esse tipo de situação, sobre estarmos sempre um passo atrás da criminalidade. Eu não sei se isso seria viável, mas em uma dessas conversas que tivemos, um colega colocou uma situação que seria muito interessante. Hoje temos diversas comissões. A qualquer outro lugar que você vá, tanto no Congresso, como nas Assembleias, há diversas comissões, mas não vemos nenhum tipo de comissão que se preocupe com uma prospecção do que pode acontecer para a frente.

Falamos muito sobre o que está acontecendo agora, mas em nenhum momento temos uma comissão permanente ou algo nesse sentido, por meio da qual possamos trazer especialistas tanto da área jurídica, quanto da área tecnológica — por exemplo, temos aqui o colega do IFRN —, e debater. Se, de repente, nascer um instrumento hoje na área tecnológica, precisamos saber o que pode ser feito de mal com esse instrumento e como devemos agir, pensando em novas leis e repensando as leis antigas, para que não sejamos pegos tão de surpresa.

Não sei se isso seria viável. Mas uma sugestão nossa é termos um fórum permanente de debate para levantar novas possibilidades de práticas criminosas, a fim de sabermos como alguns instrumentos que existem hoje podem ser utilizados para práticas de crimes e o que temos que fazer já para nos anteciparmos a esse tipo de prática.

Senhores, quanto à parte administrativa da Polícia Federal, basicamente é isso. Gostaria de agradecer a presença de todos. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui nesta mesa para debate. Estamos à disposição.



Bom dia a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Delegado Rubens. A grande preocupação da nossa CPI é a questão estrutural. Quando o Marco Civil veio, colocou que todas as capitais deveriam ter uma polícia especializada nesses crimes. Hoje no País temos apenas 15 capitais com essa estrutura e essa formação para poder atender. Até houve um grande debate, quando tivemos uma audiência pública da CPI, em Brasília, e foi justamente sobre isto: se pararem para tentar ver todas as denúncias e os processos que existem, não daria tempo para resolver.

Hoje temos uma discussão com a polícia americana ICE, que recebe essas denúncias e as manda para o Brasil. No ano passado, receberam mais de 40 mil denúncias de casos de pedofilia, pornografia infantil. Infelizmente, o nosso País não tem estrutura para resolver e dar uma resposta. A partir do momento em que o cidadão faz a sua denúncia, ele espera uma resposta, mas infelizmente ainda não temos uma estrutura.

Essa é uma das nossas lutas que teremos à frente desta CPI, para conseguirmos dar a estrutura necessária, porque a nossa sociedade espera, sem dúvida, não apenas só ter ali um canal para denúncia, mas ter uma resposta principalmente com um resultado positivo, para mostrar que há, sim, punição e há, sim, uma polícia vigente cada vez mais ativa nesse assunto de crimes cibernéticos.

Eu gostaria de agradecer a presença dos nossos servidores da Câmara, que vieram de Brasília: o Carlos, o nosso Secretário da CPI; o Daniel, Consultor Legislativo; a Deise, assistente da CPI; o Rodrigo Fonseca, operador de áudio; o Robério Antunes, operador também de áudio; o Gustavo e o Clóvis, que são os nossos taquígrafos legislativos.

Gostaria de agradecer a presença do Sr. Deputado Estadual Carlos Augusto Maia, obrigado, Deputado, pela sua presença; da Sra. Graça Lucas, da UNEGRO e Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte; do Sr. Esdras Farias, Prefeito de Jaçanã; do Sr. Deputado Estadual Kelps Lima, obrigado pela presença; do Sr. José Roberto de Souza, Prefeito de Jandaíra; do Sr. Moacir Soares, Presidente da CTB do Rio Grande do Norte, e do Sr. Emanuel do Caçã, Vereador também aqui do Município de Natal.



Gostaria de agradecer a todos os servidores da Assembleia Legislativa: Marília Rocha, Oliveira Vanderley, Bruno Giovanni e Dilvan.

Quero agradecer a presença também da Sra. Ariana e da Cristiana Mota, presentes aqui também nesta reunião; do Sr. Jamir e do Dandão.

Quero agradecer a presença da querida mãe do nosso Deputado Federal Rafael Motta, Dona Cristina Huete. Muito obrigada e parabéns também pelo filho. Acho que neste momento político em que vivemos, precisamos mostrar a força da nossa juventude. O Deputado Rafael foi muito feliz. Às vezes, quando falamos de Deputados e políticos, temos uma visão de pessoas, às vezes, mais velhas, principalmente eu, que sou mulher, com esse preconceito de, muitas vezes, as mulheres ainda serem um número tão mínimo dentro da política.

Então, parabéns aos pais por essa formação, porque é disso que precisamos: ocupar esses espaços na política, lutar e fazer com que tenhamos uma resposta dos eleitores que acreditam tanto na nossa juventude. *(Palmas.)*

Obrigada.

Eu gostaria de conceder a palavra ao Sr. Márcio Tenório Wanderley, Delegado-Chefe do Núcleo de Inteligência da Polícia Federal.

O SR. MÁRCIO TENÓRIO WANDERLEY - Deputada Mariana Carvalho, Presidente desta CPI, em nome de quem cumprimento todos os membros da Mesa, agradeço pelo convite e pela oportunidade.

Senhoras e senhores, inicialmente, eu gostaria de dizer que, com certeza, sem nenhuma sombra de dúvidas, o trabalho desta CPI representa um canal — posso falar por mim, enquanto investigador — aos aflitos investigadores deste País, que carecem de respaldo, para que a sociedade tenha o retorno do nosso trabalho.

A todos, eu gostaria de falar especificamente da situação concreta que vivenciamos hoje aqui no Estado do Rio Grande do Norte — eu, enquanto Chefe do Núcleo de Inteligência do Estado a par de uma realidade bastante triste: a questão de estrutura organizacional, a qual o Dr. Rubens França já deixou bem clara. Falarei especificamente da investigação dessa modalidade criminosa em nosso Estado, a realidade em que vivemos atualmente, os percalços e tudo o que foi vislumbrado ao longo das investigações que foram feitas aqui no Estado, especificamente a investigação que resultou na Operação Araceli, que foi conduzida por nós pessoalmente.



Inicialmente, eu gostaria de pontuar na investigação em si, nesse tipo de crime, as dificuldades com as quais a polícia esbarra no acesso aos dados que são mantidos pelas empresas provedoras de Internet.

A Dra. Mariana e o Deputado Rafael Motta certamente já conversaram com colegas nossos, inclusive, que têm *know-how* ainda maior do que o nosso. Nós temos aproximadamente 10 anos de casa e sabemos que há colegas, inclusive, a quem recorremos em Brasília em determinadas situações, que têm reportado aos Deputados desta CPI as dificuldades da polícia em acessar determinados dados das empresas provedoras.

Eu me deparei com uma das alegações mais comuns, na última quinta-feira, de um determinado provedor de Internet: que os dados que nós solicitamos estavam acondicionados num provedor central em outro país e que, em virtude disso, ele não teria como disponibilizar esses dados, a não ser por meio de mecanismos de cooperação internacional. E todos nós sabemos ou, pelo menos, temos a ideia de que uma coisa é ser cumprida uma decisão judicial, por exemplo, do Dr. Mário Jambo, que nos autorize a acessar determinadas informações ou que elas nos sejam fornecidas, num menor espaço de tempo; outra coisa é termos de redigir um documento e adequá-lo a um acordo de cooperação técnica.

Esse documento tem que ser traduzido para a língua do país; esse documento é enviado por organismo de cooperação internacional, Itamaraty. E só nós que atuamos nessas investigações sabemos o tempo que demora para termos acesso, muitas vezes, a essas informações.

Em se tratando de crimes que acontecem diariamente e que exigem uma repressão imediata, isso traz uma dificuldade tremenda para a investigação, uma sensação de frustração aos que trabalham, aos que laboram naquele tipo de investigação. Muitas vezes — o Dr. Mário Jambo e os representantes do Ministério Público sabem disso —, nós ficamos meses aguardando essas respostas, enquanto a investigação fica parada, enquanto outros casos vêm chegando. Em muitas ocasiões, a polícia é criticada, os órgãos de repressão são criticados pela demora dessas respostas, mas, muitas vezes, nós estamos de mãos atadas. Não digo em todas, mas muitas vezes nós estamos de mãos atadas, por dependermos dessas questões que, especificamente, nos crimes cibernéticos são colocadas pelas empresas provedoras.



Então, hoje nós temos problemas sérios, e eu estou reportando a vocês um que ocorreu na quinta-feira última, passada, em que um determinado provedor se negou a fornecer os dados, sob a alegação de que o conteúdo estaria armazenado fora do País, e que a necessitaríamos recorrer a acordos de cooperação internacional. Essa é uma das principais situações que dificultam a nossa investigação, que dificultam o acesso a essas informações de forma célere, para que haja uma resposta a contento.

No desempenho das atividades, eu achei muito interessante aqui muitas das colocações do Dr. Mário Jambo e faço coro com ele: também não tenho nenhum tipo de melindre. Estou hoje Delegado de Polícia Federal por méritos próprios e não tenho melindre em reconhecer as nossas limitações e fazer a nossa *mea-culpa* em relação ao desempenho da nossa atividade.

Eu vou falar de algumas situações, envolvendo as investigações, tanto das que estivemos à frente quanto das que outros colegas conduziram no Estado e que têm relação, sob a ótica policial, com alguns dos assuntos que o Dr. Mário Jambo tocou, sob a ótica jurídica e pessoal dele, em relação a essa situação, a esse tipo de investigação.

Uma coisa bastante interessante para ser dita aqui, para ficar claro a todos — e eu acho que a Deputada Mariana e o Deputado Rafael Motta já ouviram muito isso — e sobre a qual, inclusive, antes do início desta sessão, nós fomos interpelados por alguns profissionais da imprensa, é a falsa ideia que se tem sobre esses crimes específicos. Eu estou falando de crimes cibernéticos, eu estou falando de uma espécie deles, que é o de pedofilia. O perfil desse criminoso não é de uma pessoa jovem geralmente. Essa foi a experiência que nós vivenciamos nas nossas investigações. Não é uma pessoa jovem, não é aquele adolescente que sabe muito mexer em Internet, conhece muito de informática, não. Pelo contrário, são pessoas, em sua maioria, bem estabelecidas, bem resolvidas profissionalmente e, muitas vezes, com família bem estruturada.

Sobre esse ponto do perfil, eu vou contar um fato que surpreendeu tanto a mim, como coordenador da investigação, quanto aos investigadores, aos agentes de polícia que estavam envolvidos diretamente nesse caso. Numa das interceptações de sinais da Operação Araceli, nós identificamos que, em pelo menos duas residências, havia tráfego de imagens de pedofilia pela Internet. E, quando o nosso



peçoal foi a campo para fazer alguns levantamentos, verificou que eram números, inclusive, vizinhos — eram números vizinhos. No aprofundamento da investigação, nós chegamos a duas pessoas, a dois assinantes de serviço de Internet.

E, aí, vou falar para vocês, não colocando os cargos, porque essas ações ainda estão em curso e tenho de preservá-las, porque há segredo de Justiça no trâmite dessas ações. Então, eu vou trocar as funções, mas para vocês terem uma ideia: na investigação do perfil de um dos investigados, nós chegamos a identificá-lo como membro de uma determinada igreja; e o outro nós chegamos a um nome de um agente público. Por coincidência, esse membro de uma igreja tinha origem estrangeira. Então, para vocês verem como até nós investigadores temos algumas ideias preconcebidas e como a investigação desse tipo de crime mostra que nós não podemos, de forma alguma, construir nenhuma ideia, preconceber nada, antes de se chegar aos dados concretos.

Em conversa com a minha equipe de investigação, o fluxo de imagens e de conteúdo pornográfico infantil era dos dois endereços. E em conversa informal com a equipe para definir algumas linhas de investigação, a par desses dados de que já dispúnhamos, numa conversa informal, todos — e aí eu me coloco também —, todos fomos unânimes em apontar o membro da igreja de origem estrangeira como o provável autor daquele delito. E surpresa maior foi para nós, ao conseguirmos do Judiciário as necessárias ordens para busca nesses endereços, ter ficado claro, ao final das buscas, que o autor dos delitos era o agente público. Então, o que eu quero mostrar com isso? Que não há como definir um perfil exato do tipo de criminoso virtual de pedofilia. Não há como. Em sua maioria são pessoas nesse patamar, bem estruturalmente.

As investigações mostram isso. Nós chegamos a esse agente público, ele foi indiciado. O inquérito já foi remetido ao Ministério Público e, provavelmente, deve ser objeto de denúncia nos próximos dias.

O perfil que eu falo, o que eu quis falar desde o começo, em relação a essa questão que me foi perguntada pelos jornalistas, refere-se a essa questão do perfil, que não é de um jovem. O jovem nas nossas investigações, o número de pessoas com pouca idade foi mínimo perto das pessoas que tinham mais idade e mais estrutura, tanto profissional quanto familiar. Então, esse criminoso está no seio da



sociedade, de uma forma bastante silenciosa e acreditando, sim, na impunidade, na suposta impunidade que ele tem na rede da Internet.

Eu vou tocar nesse assunto um pouco mais à frente. As imagens dessas investigações, assim como o Dr. Mário Jambo colocou aqui, são absolutamente chocantes. Acho que o Dr. Mário até falou, e eu me esqueci de anotar aqui: é uma coisa subumana, se é que existe isso. Então, são inacreditáveis as primeiras imagens que nos chegaram da Operação Araceli.

Eu me lembro disto e conto para todos os colegas, todas as pessoas mais próximas. Eu havia feito a minha última refeição ao meio-dia, tinha almoçado na delegacia, no expediente. Retornei, trabalhei. Essas imagens chegaram para mim por volta das 6 horas e meia da noite. Já era hora de eu retornar a minha casa, e achei por bem olhar as imagens para retornar para a casa, porque, no dia seguinte, eu já haveria de representar ao Judiciário sobre medidas de busca.

Dos sete DVDs que eu havia recebido, eu fui olhar um deles. Confesso aos senhores que, quando eu cheguei à minha residência, perdi totalmente a fome, não consegui comer mais nada. Vim comer no dia seguinte pela manhã. É realmente algo chocante. É de não acreditar que um ser humano sinta qualquer tipo de sentimento, a não ser desprezo e nojo por aquele tipo de imagem. Então, é algo bastante chocante e que deve ser levado em consideração nessa situação.

O Dr. Mário Jambo e a Deputada Mariana Carvalho falaram em relação à OMS. A OMS classifica o pedófilo como portador de um transtorno, mas isso não impede a criminalização da conduta dele. Uma coisa, como bem disse o Dr. Mário Jambo, é estar no campo da cogitação, é estar na cabeça dele; outra coisa é ele começar a praticar a conduta.

Nesse sentido da prática da conduta, nos choca e nos preocupa muito enquanto investigadores uma situação que ficou clara para nós nessas últimas investigações da Polícia Federal aqui no Estado do Rio Grande do Norte. Paralelamente a essa investigação, nós conversamos com um profissional da área de Psicologia, porque começamos a nos interessar pelo perfil psicológico do criminoso. Convidamos informalmente um profissional da área de Psicologia para conversar conosco sobre esse tipo de conduta.

Ele nos trouxe uma preocupação que já havia surgido em mim particularmente e que só confirmou: o criminoso virtual, nesse tipo de crime de



pedofilia, se sente encorajado a fazer ou a multiplicar a prática do que vê, do que tem acesso. Então, enquanto aquilo está na cabeça dele, está na cogitação, mas ele não tem a oportunidade de se estimular com algo para chegar a se encorajar e praticar esse tipo de conduta. Isso é alimentado quando ele consegue ter acesso.

E eu posso dizer a vocês com toda a convicção, com toda a certeza de quem conduziu uma investigação durante 3 a 4 meses, que a facilidade de acesso a esse tipo de material é absurda. Qualquer um de nós pode ter acesso a isso. É uma coisa absurda. Não existe nenhum tipo de restrição, não existe nenhum tipo de controle, não é necessário ter nenhum tipo de conhecimento mais aprofundado de Internet, de informática, para se chegar a esse tipo de material.

Então, a preocupação que nos foi trazida pelo profissional da área de Psicologia era o que nós já pensávamos em relação àquilo: aquele tipo de material estimula o portador do transtorno a buscar aquela prática. Geralmente quem são as vítimas desses cidadãos? As pessoas que estão mais próximas, as crianças que estão mais próximas: filhos, sobrinhos, filhos de vizinhos, filhos de conhecidos. Essas são as vítimas das pessoas portadoras desse transtorno. A pessoa assiste ao vídeo, se estimula, se encoraja e busca, ao redor dela, quem está mais próximo. Por isso, fala-se muito que as vítimas desses criminosos — e se vê isso, diariamente, na televisão — eram pessoas extremamente próximas, bastante próximas. À vista disso, há o exemplo dado pelo Dr. Mário Jambo de um pai e de uma mãe que estavam aguardando o nascimento de uma criança para iniciarem as práticas criminosas com ela. Então, a proximidade é muito grande. Isso nos preocupa muito. Preocupa-nos, como policiais, como investigadores, porque vamos até um determinado ponto, apuramos, indicamos a autoria, trazemos materialidade, levamos ao Ministério Público; o Ministério Público avaliza, denuncia; o Judiciário recebe aquela denúncia, processa, condena. Mas isso fica nesse círculo da percepção penal, fica muito restrito à sociedade.

Por isso eu falo que iniciativas como esta, da CPI da Câmara dos Deputados, são extremamente salutares, porque é um canal, onde eu posso subir aqui e falar aos senhores da experiência que tive. Caso contrário, praticamente nenhum dos senhores saberia disso, não me conheceriam, não saberiam quem eu sou, até porque o nosso trabalho costuma ser, na medida do possível, mais silencioso. Não nos cabe estar trazendo isso. Então, cabe, sim, à sociedade civil. Cabem iniciativas



como esta da Deputada Mariana Carvalho, enquanto Presidente da CPI, oportunizar que colegas da polícia, que membros do Poder Judiciário possam vir aqui trocar essas experiências e trazer a preocupação que nos aflige, porque realmente é isso que estou dizendo aos senhores.

Essa preocupação não é uma preocupação apenas técnica, apenas de quem lida com esse tipo de denúncia com uma frequência bastante recorrente. A preocupação é ver aquilo, é investigar um caso, quando você sabe que 50 mil imagens estão sendo disponibilizadas, por ano, na Internet. Então, essa é a situação que nós vivenciamos hoje na Polícia Federal.

Quanto à facilidade de acesso, eu já falei.

Quanto à vulnerabilidade social das vítimas, aqui, nessas investigações, foi, mais uma vez, um fato específico, um fato concreto que pudemos identificar. A vulnerabilidade social das vítimas é algo absurdo. Eu estou falando das vítimas que servem a organizações criminosas internacionais que produzem esse tipo de material.

O Dr. Jambo e o Dr. Rubens França falaram da questão do lucro da atividade criminosa. O lucro dessa atividade criminosa, isto é, da pedofilia na Internet, é absurdo. Essas pessoas, esses portadores desse distúrbio e os membros de organizações criminosas perceberam que o universo de pessoas tendentes era bastante grande, ou seja, o mercado consumidor. E, do outro lado, havia também um mercado ávido por vender material humano para se produzir esse tipo de material que hoje é difundido na Internet.

Então, da análise dos números que conseguimos avaliar — eu vou falar para os senhores em números o que foi apreendido durante essas investigações — de uma amostra dessas imagens, em todos os alvos que foram investigados, vimos que as vítimas do material produzido para a difusão, em sua grande maioria, são vulneráveis socialmente, especialmente na questão financeira. São pessoas de baixíssima renda, de países que passam por crises econômicas bastante aprofundadas. Nós temos exemplos da África, da região do Kosovo, daquela região próxima à Rússia, antiga União Soviética. Então, nós temos uma quantidade de material produzido, naquela região, absurdamente grande. E é possível perceber a questão da vulnerabilidade dessas crianças que estão sendo exploradas.



Inclusive eu me recordo de, numa das representações que eu fiz ao Judiciário, mencionar isso: que essas pessoas estavam vendendo suas crianças para produção desse tipo de material por pouco ou por quase nada, por alimento. Eu estou falando de países cuja renda mensal não chega a 30 dólares. Então, são pessoas que vivem bem abaixo da linha da pobreza, na miséria total. Em sua maioria, sem exceção, são crianças da mais tenra idade, até adolescentes.

Então, a vulnerabilidade social das vítimas é algo que tem que ser pensada. Aí, eu trago para a realidade nossa, aqui do Brasil. Não é mistério para ninguém — eu sou natural de Garanhuns, interior de Pernambuco e trabalhei em Salgueiro por muitos anos, no sertão pernambucano, conhecido como polígono da maconha —, que a vulnerabilidade social das populações da nossa região, da Região Nordeste, é bastante alta a esse tipo de ação. Então, vez por outra, entre esse universo absurdo de arquivos que foram encontrados, existe lá, sim, vítimas de nacionalidade brasileira. É possível verificar isso com pessoas, com crianças e adolescentes do Nordeste e com crianças e adolescentes da Região Norte também.

Então, é preciso repensar isso. O Judiciário não resolve isso sozinho. Nós somos amarrados, é isso que eu costumo dizer. Eu gostaria de ter voz e espaço para colocar a minha indignação, de forma que os representantes do povo e as pessoas que estão hoje aptas a trabalhar com a legislação deste País realmente trabalhassem com o que há de ser trabalhado.

Vemos às vezes muitas discussões recorrentes em relação a assuntos que são pouco práticos para a nossa realidade, enquanto nós, investigadores, e enquanto, Dr. Mário Jambo, o Judiciário, que está recebendo esse tipo de material, ficamos de mãos atadas. Por quê? Nós temos uma legislação. Nós vivenciamos essa legislação e temos que segui-la, e, para nós, acabou.

Quanto àquela questão da tipificação que o Dr. Mário Jambo colocou, se para ele, enquanto juiz, que está ali, aguardando uma denúncia do Ministério Público, é difícil ver aquilo e ter que reconhecer — porque, nesse caso, ele tem que absolver alguém por atipicidade de conduta —, imaginem para nós, investigadores, que estamos ali correndo, tentando fazer com que o fato típico e o fato do mundo real se encontrem para que possamos responsabilizar. Muitas vezes — não são poucas; o Dr. Mário Jambo pode confirmar isso —, nós chegamos a isso. Não chegamos a essa adequação de 100%. Nós sabemos que aquela determinada pessoa praticou o



crime e, por alguma deficiência — aí eu ainda faço a *mea-culpa* enquanto polícia —, por alguma dificuldade, por falta de recursos humanos, por recursos materiais, não conseguimos ir mais adiante, talvez para encontrar o último dedo que faltava para que o fato do mundo real, o fato concreto, se adeque à norma. E aquela determinada pessoa fica impune. Essa é uma situação que nos aflige bastante.

Outra questão colocada também pelo Dr. Mário Jambo — e acredito que a Deputada Mariana já vislumbrou esse tipo de situação — é a criminalização seletiva. Eu sou extremamente contra essas leis que têm nomes de vítimas, porque são criminalizações seletivas. Eu tenho um caso, eu tenho fatos concretos acontecendo diuturnamente — e isso o Dr. França colocou muito bem —, como esta, Deputada Mariana, de criar este tipo de comissão, que tenta se adiantar, de alguma forma, aos fatos sociais, o que não é difícil. Se você tem a Internet, se o Governo começa a incentivar a universalização da Internet, eu não tenho mais um fato não concreto. Vai haver universalização da Internet, e ela vai chegar ao maior número de pessoas possível. Então, eu tenho como me adiantar, enquanto Comissão, e tentar analisar o que pode decorrer dessa situação.

Então, criminalizar, seletivamente, não resolve o problema, só dá à sociedade uma sensação de que o Legislativo tomou uma providência. Mas só que, muitas vezes, tecnicamente, a providência é insuficiente. Foi o que o Dr. Mário Jambo colocou em relação a uma das últimas normas nesse sentido, porque exige quebra de segurança. Foi uma norma surgida do caso da atriz Carolina Dieckmann e que agora não se adapta ao caso do Stênio Garcia. Então nós temos que ter a Lei Carolina Dieckmann, a Lei Stênio Garcia, e por aí vai.

Esse tipo de legislação, esse tipo de construção legislativa, podem ter certeza, em nada ajuda na questão da repressão a condutas criminosas, especialmente nesses casos de crimes cibernéticos, por quê? Porque os crimes cibernéticos têm características próprias, não são como o homicídio. O homicídio é homicídio e acabou. Eu tenho como agravar, como atenuar, mas é homicídio. No crime cibernético, um termo técnico já derruba uma conduta; essa questão do acesso com quebra de segurança já derruba uma conduta.

Então, não adianta ficar criando norma seletiva. Adianta se fazer um estudo da realidade social, adianta buscar na sociedade, buscar *in loco*, buscar não só dos envolvidos na persecução penal; não adianta buscar só de nós, mas tem que nos



ouvir, tem que ser ouvida a sociedade, tem que se buscar uma legislação que minimamente abarque o maior número de situações que possam ser possíveis e que tenham alguma eficácia mais duradoura. Porque daqui a pouco ninguém sabe nem o que é a Lei Carolina Dieckmann, ninguém vai saber mais o que é essa lei; como muita gente hoje, de fato, nem sabe. Então, criminalização seletiva não resolve o problema do direito penal e muito menos das condutas vinculadas aos crimes cibernéticos, de forma alguma isso.

Impunidade na rede social: a questão já foi colocada pelo Dr. Rubens Alexandre de França. A Polícia evoluiu bastante nos últimos 10 anos; nós temos 10 anos de evolução, apesar das dificuldades de recursos humanos, quantidade, nós temos perdido muitos policiais bons, e a reposição desses policiais está cada vez menor. Então, acreditar que não fazer concurso público para restabelecer o aparato da Polícia é uma forma de economia, de alguma forma que seja, isso é um ledo engano. Desestruturar a Polícia — especialmente, eu posso falar da Polícia da qual eu sou integrante —, de certa forma, inclusive, é nadar contra uma instituição que vem trabalhando há anos para se especializar. Então, nós temos essa situação.

A Polícia evoluiu bastante. Em 10 anos, nós saímos de uma unidade única de repressão a crime cibernético que existia em Brasília; essa unidade hoje virou uma grande unidade, virou um serviço, aí sim, já integrado à estrutura da Polícia Federal. É um serviço de repressão aos crimes cibernéticos; e hoje nós temos 27 representações nos Estados e no Distrito Federal. Cada uma dessas representações, como é o caso aqui do Rio Grande do Norte, é chamada de Grupos, são Grupos de Repressão a Crimes Cibernéticos. E a estrutura central, que hoje se encontra em Brasília, tem buscado diuturnamente aproximação com várias instituições, como foi falado pelo Dr. Rubens França, tanto públicas, quanto privadas, ONGs, para se adquirir o *know-how* suficiente para essa investigação.

Então, se há 5 anos, eu, delegado, deparei-me com inquérito de fraude bancária, lá em Salgueiro, como eu deparei, no ano de 2008, talvez não... Como eu falei, eu não tenho nenhum tipo de melindre. Eu olhei para aquele caso e não sabia por onde eu começava. Hoje, não. Hoje, se um inquérito desse cai na minha mão, eu garanto a vocês que, em 30 dias, nós já temos um suspeito.

Então, a evolução da Polícia Federal — e eu só posso falar no caso da Polícia Federal — foi bastante sensível nesses últimos 10 anos. Nossos policiais estão cada



vez mais preparados. Acho que, no final de abril, início de maio, eu mesmo... A Polícia... A Superintendência enviou dois policiais para Brasília que tiveram treinamentos com pessoas dos Estados Unidos, pessoas que são vinculadas a uma ONG que desenvolveu ferramentas de investigação de crimes de pedofilia na Internet. Então nós temos corrido, sim. Lógico, sempre que nós damos um passo, a criminalidade dá dois, mas o importante é que nós continuemos dando o nosso passo para chegar próximo a isso.

Então, não há impunidade, essa sensação de impunidade hoje na Internet, a meu ver, se existe entre alguém... E aí é onde eu falo, eu comentei isto também com os repórteres no início da sessão: é preciso difundir essa situação atual, é preciso que seja difundida. Muitas das pessoas que foram presas nessa operação, se mostrando surpresas, vinham perguntar depois — depois que nós já tínhamos entrado na casa, depois que nós, com ordem judicial, já tínhamos apreendido o material, na hora de serem ouvidas lá na Polícia — como que nós chegamos a elas, porque elas achavam que não havia como chegar.

E para vocês verem a questão de um passo da Polícia e dois passos da criminalidade: nós damos um passo de identificar o *Internet Protocol*, que é o endereço que identifica a máquina que acessou — não a pessoa, eu identifico a máquina. Hoje eles estão desenvolvendo sistemas operacionais, *softwares*, que confundem a Polícia. Num dos alvos da Operação Araceli, eles usavam um desses *softwares*, e a gente realmente teve uma dificuldade tremenda de chegar até ele, porque esse *software* fica modificando o endereço dele constantemente. Enquanto ele está... Ele acessa a Internet; a cada determinado período de tempo, o *software* muda o *Internet Protocol* dele. Então nós temos essa situação.

Há outra situação que é a *deep web*. Nós chegamos à *web*. Nós estamos investigando a *web* tranquilamente, estamos lá com o pessoal técnico, qualificado. O pessoal agora está pulando para outro — até escrevi aqui — submundo, universo paralelo da Internet, que é a *deep web*, como bem colocou o Dr. Mário Azevedo Jambo: há coisas absurdas, inclusive, técnicas de terrorismo, aulas de como ser um homem-bomba e esse tipo de coisa. São coisas sérias, podem parecer piada, mas são coisas sérias, ensinando mesmo, estimulando, isso é o mínimo que acontece nesse universo. Então, eles já deram dois passos para frente, a Polícia tem que ter aparato.



Aqui eu deixo mais uma vez, Deputada Mariana Carvalho, Deputado Rafael Motta, o apelo de que não se deixe esvair a capacidade técnica que hoje a Polícia Federal detém, que lutou e que batalhou muito. E nós costumamos dizer que temos homens que, acima de salários ou de situação social, são profissionais dentro da Polícia que fazem isso por amor, e é um amor profícuo. O Dr. Mário Jambo pode ser testemunha disso, dos trabalhos que chegam até as mãos dele.

E como nós costumamos ouvir também de membros do Ministério Público, ainda na semana passada, nós estivemos em uma reunião com dois promotores do Ministério Público estadual, em Mossoró, e ambos fizeram elogios ao trabalho tecnicamente produzido, porque nós sabemos que temos esse *know-how*, e há esses profissionais com essa vontade de melhorar e estar cada vez mais capacitados tecnicamente. Então, esvaziar a Polícia de alguma forma, seja com recursos materiais, seja com recursos humanos, no nosso entender, não é inteligente.

Sobre o lucro da atividade criminosa eu já coloquei.

E, por fim, eu deixo aqui a questão das leis, de leis mais recentes, de 2003 para cá, que, de alguma forma, facilitaram bastante e podem ser tidas, sim, como exemplo de leis não seletivas. É a Lei 12.850, de 2013, que tratou do crime organizado, a Lei 12.830/13, que tratou de atribuições das autoridades policiais, delegado de Polícia, e o Marco Civil da Internet, no caso específico dos crimes de pedofilia.

Então, são leis importantes, leis não seletivas, que deveriam ser o padrão de normas produzidas pelo Legislativo brasileiro, e não simplesmente se tentar dar uma sensação à sociedade de que aquele caso de fulano virou uma lei. Então, houve uma resposta, pode ter certeza que aquela resposta é fantasiosa, é uma ilusão, é simplesmente para que se tenha uma sensação de que foi dada uma resposta.

Em relação aos casos do Rio Grande do Norte, Deputado, para finalizar, eu coloco o seguinte: eu não tenho como “ranquear” o Estado em relação a esses tipos de crimes, de pedofilia na Internet, mas, pela nossa experiência na condução das operações, eu posso lhe dizer certamente que nós estamos entre os primeiros do País.

Para vocês terem uma ideia, nós tivemos quatro operações. Como bem disse o Dr. Rubens França, nós tivemos quatro operações. Essas operações envolvem um



número grande de alvos, de pessoas investigadas. Eu vou dizer para você um que me marcou um pouco mais em relação ao conteúdo. Foram apreendidos na casa desse investigado 170 Gb de material de pornografia infantil. Para vocês terem uma ideia, são 410 mil — mil! — arquivos de fotos e 788 — não tenho certeza, mas é setecentos e alguma coisa — mil vídeos produzidos com criança. E, para cada vídeo, para cada foto dessas, eu tenho um indivíduo vítima. Nisso, eu tenho um alvo, uma pessoa investigada.

Então, sou bem sincero com os senhores, fiquei bastante assustado com a situação. E posso dizer agora com toda certeza: se eu quiser iniciar uma investigação hoje, aqui, no Rio Grande do Norte, hoje a gente vai identificar pessoas no tráfico na Internet de imagens, de fotos e vídeos de exploração sexual de crianças das formas mais horrendas possíveis. Não dá nem para dizer que se possa imaginar, porque ninguém consegue imaginar aquele tipo de coisa! Então, é preocupante para o Estado. Nós não vemos no Estado nenhum movimento na sociedade civil para que se alerte para esse tipo de conduta. Essa questão... Vieram me perguntar: *“Como é que a gente faz para que os nossos filhos não tenham acesso”*. Não são os nossos filhos — entendeu? —, são os nossos pares, são os nossos amigos, são os nossos conhecidos, são as pessoas da sociedade que estão envolvidas nesse tipo de conduta. É necessário que se abram canais para que a sociedade seja alertada, a sociedade receba esse tipo de informação de uma forma em que eles possam pensar diferente como está sendo usada a Internet.

Nós tivemos casos também, durante as operações, de pais — pais, eu digo, mais idosos, onde os filhos de 30, trinta e poucos anos residiam em casa, ainda, como é tão comum hoje na nossa sociedade — que eram ávidos consumidores desse tipo de material. E os pais se surpreenderam de uma forma absurda! É uma coisa que realmente afeta a sociedade, vamos dizer assim, no seu patamar, na sua linha de pessoas, vamos dizer, acima de qualquer suspeita — entendeu? Então, nós tivemos agentes públicos, nós tivemos professores, nós tivemos uma série de pessoas com formação superior, inclusive. Tivemos um funcionário do SERPRO. Nós tivemos pessoas acima de qualquer suspeita, e a quantidade de material é nesse patamar que eu estou falando para vocês: é material muito grande, é muita coisa, muito material produzido.



Para finalizar, eu agradeço à Deputada Mariana. Coloco a nossa preocupação, a preocupação da Polícia Federal, a preocupação do Delegado Kandy Takahashi, nosso Superintendente em relação à necessidade de que a Polícia continue recebendo o aparato necessário para investigar não apenas esse, mas todos os crimes que afligem a nossa sociedade. Que a gente continue conseguindo dar resposta à altura da sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Nós que agradecemos, delegado Márcio, a sua oportunidade e sensibilidade de participar e vir contribuir para o andamento da CPI.

Até mesmo aqui fazendo um comentário... O senhor comentou sobre o perfil dessas pessoas, que muitas vezes não são apenas jovens e estão na sociedade de forma silenciosa. Aqui mesmo, no Rio Grande do Norte, no final do ano, a gente teve o caso de padres e monges que foram suspeitos de integrar rede de pornografia. A gente vê que isso acaba entrando no meio de todos os segmentos da sociedade. Isso é a nossa grande preocupação e as nossas lutas também com essa CPI.

Eu gostaria de registrar a presença da Vereadora Júlia Arruda — obrigada pela presença —, Vereadora daqui de Natal; e também do Vereador Ary Gomes; do Vereador Júnior Queiroz; e cumprimentar também o Prefeito Ivan Júnior, de Assú.

Muito obrigada pela presença de todos.

Eu gostaria de conceder a palavra à Sra. Maria Dilma Felizardo Ferreira, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisas e Formação para a Inovação Social.

A SRA. MARIA DILMA FELIZARDO FERREIRA - Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Exma. Deputada Federal Mariana Carvalho, Presidente da CPI; o Ilmo. Deputado Federal Rafael Motta, Sub-Relator; e as demais autoridades aqui presentes.

Senhoras e senhores, primeiramente quero agradecer pela oportunidade que o Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisas e Formação para a Inovação Social — IBEPIS tem de poder estar aqui dando nossa contribuição nesta audiência que reputo relevante, pertinente e necessária; e quero felicitar o Deputado Federal Rafael Motta pela iniciativa de trazer a CPI a esta Casa nesta data, já que se aproxima o dia 12 de outubro, Dia das Crianças.



Este dia deve ser comemorado com alegria, mas também deve nos levar a refletir sobre o direito de ser criança; o direito de brincar, que muitas delas não têm. É importante também que sejam mencionadas algumas questões presentes em nossa sociedade que atingem de forma significativa uma parcela da população infantojuvenil, como é a pornografia infantil, que envolve a exploração sexual e o abuso, bem como tantas outras violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes, como a negligência, a violência física e psicológica, a exploração do trabalho infantil. As crianças e os adolescentes são um coletivo dos mais desprotegidos em nossa sociedade, para não usar a terminologia vulnerável, porque tira desse coletivo a condição de sujeito.

Para termos uma ideia, o último balanço feito pelo Disque Direitos Humanos, o Disque 100, constatou que no primeiro semestre de 2015 foram registradas 66.518 denúncias. Desse total, 63,2% são de denúncias relacionadas a violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes. São realmente um coletivo desprotegido. Como todos sabem, o Disque Direitos Humanos recebe denúncias de diferentes outros coletivos, e a criança e o adolescente têm um percentual acima de 50%, de 63,2%.

Diante do exposto, inicialmente vou mencionar que o IBEPIS está à disposição da CPI para colaborar. Pelo modesto acúmulo de experiência que temos na área da infância no Brasil, entendemos que o tema não vai se esgotar aqui, e nem deve.

Há duas semanas eu li no Facebook uma postagem do célebre escritor moçambicano Mia Couto intitulado *“Alerta! Somos uma sociedade doente, disso ninguém mais tem dúvidas. Mas, pior do que ser doente é não querer se tratar: Homens em busca de ‘novinhas’. O que isso quer dizer?”*. O texto é de Carol Patrocínio. Ela afirma que *“Importa o que está no imaginário das pessoas”*. Vamos pensar no que a frase dessa autora nos transmite, algo que já foi, de certa forma, aqui falado. Foi falado que o Estado meramente punitivo não resolve a questão. E aí nós temos que pensar no que essa frase transmite. Há algo que é chamado de desejo censurado. Nem sempre o pedófilo é aquele que, necessariamente, comete um ato delitivo, mas ele já tem exatamente esse imaginário.

A autora afirma que a busca por novinhas é a mesma busca por *teens* verificada em diversos lugares do mundo. Essa busca na Internet é mais comum do



que a gente gostaria de pensar. Entre os 20 países com mais acesso à Internet no mundo, apenas 5 deles não têm a palavra “adolescente” entre as principais buscas.

Precisamos, portanto, aprofundar as causas. Pedófilos precisam ou não de ajuda?

Isso me reporta a um caso gritante de pedofilia que aconteceu na Espanha. Em uma das manifestações, uma senhora, com o seu esposo, um pedófilo, dizia que o acompanha a cada lugar em que ele vai, porque ele não pode ver uma criança e não se excitar. E a esposa o acompanha.

Precisamos, portanto, aprofundar as causas. O que dizem sobre essa questão a Ciência, a Psiquiatria e a Psicologia? E aqui nós temos o representante do Conselho de Psicologia. É muito importante a sua participação.

Precisamos buscar os estudos mais recentes, entre os quais o realizado e publicado por Laura Lowenkron, que se chama *O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*.

Baseado em uma etnografia da CPI da Pedofilia no Senado Federal e das investigações da Polícia Federal no combate à pornografia infantil, o livro de Laura nos leva a uma imersão na construção histórica das categorias “pedofilia” e “pornografia infantil”. Quais elementos simbólicos e políticos se articulam na produção da pedofilia enquanto um problema social?

A SaferNet — por sinal, eu gostaria de felicitá-la e parabenizá-la pelo seu pioneirismo —, como já foi dito aqui, é uma instituição que trabalha de forma bastante articulada com vários segmentos no Brasil, inclusive com a Polícia Federal, e certamente também já esteve na CPI prestando a sua colaboração.

Em 2014, a SaferNet Brasil, que agora completa 10 anos — por isso eu gostaria de, realmente, fazer essa felicitação, nesta oportunidade, pela contribuição que ela tem dado nesse tema —, recebeu e processou 51.553 denúncias anônimas de pornografia infantil envolvendo 22.789 páginas — URL — distintas.

Agora vamos ver a complexidade disso, realmente: desse total, 3.283 foram removidas e hospedadas em 7.018 *hosts* diferentes — a Polícia Federal falou dessa dificuldade mesmo —, que estão conectados à Internet através de 5.438 números IP distintos — aqui está um especialista em informática que entende perfeitamente isso —, atribuídos a 54 países, em 5 continentes. Isso é complexo ou não é?



Embora o *ranking* de denúncias no Brasil continue liderado, por 9 anos consecutivos, pela pornografia infantil, em 2014 houve uma redução de 8,82% no número de páginas novas denunciadas em relação ao crime de pornografia infantil e pedofilia.

Segundo a SaferNet Brasil, o que contribuiu para essa redução foi a maior cooperação entre os 48 países-membros do INHOPE, que é uma associação internacional de canais de denúncia, na detecção e remoção das imagens de abuso sexual infantil antes dessas imagens serem disponibilizadas nas redes sociais.

Então, eu gostaria de ressaltar a importância da articulação internacional, dos acordos internacionais, pela complexidade que tem o tema. Não dá para resolver somente com a legislação brasileira.

Não poderia deixar de mencionar a importância das operações deflagradas pela Polícia Federal, articulada com as demais polícias — Polícia Civil e INTERPOL —, a exemplo de tantas que já foram citadas aqui e daquelas que realmente apontam para o Rio Grande do Norte, fazendo com que este Estado realmente debata este tema.

Por isso, ilustríssima Deputada, é muito pertinente, realmente, a vinda da CPI a esta Casa, porque é preciso iniciar um debate na sociedade. No final da nossa contribuição, vamos compreender também um pouco mais por que este debate precisa ser travado com os diferentes setores da sociedade.

Essas operações já citadas, como a Operação Araceli e a Darknet, têm muitos desdobramentos positivos além de simplesmente identificar redes e alguns atores sociais criminosos, embora todos nós tenhamos o dever de proteger o direito das crianças e dos adolescentes, uns mais do que outros. Não sei o que pensam o Ilmo. Sr. Juiz, as demais autoridades, os senhores e as senhoras aqui presentes, mas os atores sociais têm um dever muito maior pela posição que ocupam na sociedade.

Nesse sentido, este ano, o IBEPIS firmou uma parceria acadêmica com a Faculdade Dom Heitor Sales, que se propôs a formar a segunda turma do curso de Especialização em Intervenção Sociopsicoeducativa na área de Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Na grade curricular do curso, nós contemplamos as quatro modalidades da exploração sexual: prostituição, pornografia, tráfico para fins sexuais e exploração sexual no contexto do turismo.



Trata-se de uma faculdade católica de Natal que levou em consideração a inovação e a pertinência acadêmica, objetivando refletir sobre as dificuldades e impasses presentes na intervenção sociopsicoeducativa e jurídica quando se aborda a exploração sexual contra crianças e adolescentes, em qualquer uma dessas modalidades. Eu diria que todas elas têm uma complexidade muito grande. Essa complexidade se dá, também, em parte, porque nós temos esse tema em pauta — não só na pauta da agenda política, no âmbito do Legislativo e do Executivo, mas também na pauta da academia — há menos de 20 anos, mais ou menos. Para a história, 20 anos é pouco para a construção do conhecimento e do entendimento de tudo isso e para a compreensão desse fenômeno social. Precisamos avançar muito ainda.

O IBEPIS dialoga com diversos setores da sociedade, nos quais se incluem a iniciativa privada, o Estado, nas suas múltiplas esferas, e as instituições de ensino superior, objetivando a construção do conhecimento crítico e da formação teórico-metodológica de profissionais que atuam na Rede de Proteção da Criança e do Adolescente no Estado do Rio Grande do Norte e no Brasil.

Como exemplo disso, mantemos parceria com a Frente Parlamentar Municipal em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente — e aqui está a Presidenta, a Vereadora Júlia Arruda, a quem felicitamos e parabenizamos pelo brilhante trabalho que desenvolve a frente da CPI sobre a matéria na Câmara Municipal de Natal.

Também mantemos parceria com o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e com a Frente Parlamentar Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente desta Casa, aqui presidida pela Deputada Márcia Maia, a quem também felicitamos pelo trabalho.

No ano passado, realizamos um trabalho muito interessante em parceria, durante a Copa do Mundo, para prevenção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no decorrer de um megaevento.

Realmente, o trabalho foi realizado com grande êxito. E o resultado é que, realmente, houve uma diminuição nos casos e um aumento das denúncias, este já detectado pelo disque-denúncia.

E a imprensa perguntou-me o seguinte: por que houve um aumento de denúncias no ano de 2014, comparando com 2013? Um dos argumentos que utilizei



foi que no Brasil inteiro — e não só o Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisas e Formação para a Inovação Social, IBEPIS, nem a Frente Parlamentar ou outras instituições aqui do Rio Grande do Norte que atuaram, mas também o Fórum e o Comitê criados para atuar nessa área e tal —, tanto no Governo Federal, quanto no Governo dos Estados e nas organizações não governamentais, houve realmente um momento muito interessante de articulação de diversos setores para tentar proteger as crianças e os adolescentes durante esse megaevento que passou.

Estamos, no entanto, aguardando com muita expectativa a resposta da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social — SETHAS, através da sua Secretária de Estado, a Sra. Juliane Faria, para uma reunião visando formar uma comissão intersetorial com Secretarias, como Secretarias de Políticas Públicas para as mulheres, para a juventude, a educação, a saúde e outras.

E o objetivo desta reunião é exatamente, Deputada, criar condições favoráveis e viabilizar a formação dos gestores públicos no Rio Grande do Norte nessa área.

Então, se aqui estiver algum representante da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social — SETHAS, eu peço que transmita a nossa expectativa em torno desta reunião, porque a falta de qualificação adequada gera uma incidência da revitimização. A revitimização — e o Exmo. Juiz conhece muito bem e sabe o que significa isso — é muito recorrente nos casos de abuso e de exploração sexual.

Estamos falando de um tema, como eu disse, de grande complexidade, pouco debatido na sociedade e pouco conhecido. E temos os profissionais com um compromisso enorme — estou falando dos profissionais dos Conselhos Tutelares, dos CREAS, dos CRAS. Estamos falando de profissionais que têm uma ânsia e um desejo enorme de se especializar, de melhorar seus conhecimentos para melhor atenderem as crianças e os adolescentes. E digo isso porque, muitas vezes, em nome da boa intenção, do amor e do desejo de fazer um bom trabalho, revitimiza-se a criança.

Recentemente, eu li um artigo intitulado *Crimes Cibernéticos*. No texto a autora, Lucyana Machado, problematiza o entendimento sobre o que a revolução informática. Assim diz a autora:



“Entende-se por Revolução Informática o movimento de inserção na sociedade de novas tecnologias e serviços que utilizam desenvolvimentos recentes e que modificam a forma como o cotidiano cidadão progride.”

Ela ainda destaca:

“O criminoso informático pode cometer mais de uma conduta lesiva ao mesmo tempo, estando em diversos lugares simultaneamente, e conta com a vantagem de haver poucos profissionais de segurança pública capacitados para investigar suas ações, analisar as provas e os indícios.”

E eu pergunto: como anda o nosso Instituto de Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte — ITEC? Como anda? É importante saber as condições dos profissionais, as condições tecnológicas. Isso é fundamental.

Eu gostaria de remeter isso aos encaminhamentos da CPI, Sra. Presidenta.

E ainda acrescenta a autora:

“O crime de utilizar crianças em situações libidinosas ou de sexo explícito é antigo e vem desde que o homem conseguiu se expressar em imagens, mas os meios eletrônicos de que ele se utiliza para isso são novos.”

Essa autora traz uma reflexão muito importante, quando enfatiza:

“O problema da pornografia infantil na Internet envolve uma questão muito mais complexa do que a pedofilia. É tão mais complexa porque envolve um valor cultural: a valorização da sexualidade adolescente. Há uma contradição no âmbito social e cultural que está sendo ignorada. Ao mesmo tempo em que avançamos os direitos da criança e que a sociedade, de forma geral, torna-se mais consciente da proteção à infância, a sexualidade adolescente é também cada vez mais valorizada.”

O sócio da ABR Jurídico postou no portal JusBrasil um ensaio intitulado: *O perigo de se postar fotos de crianças nas redes sociais*. Esse texto me chamou a atenção, porque eu já vinha refletindo, quando entrava no Facebook, sobre tantas fotos de crianças que os pais, as mães, os tios, os avós, os sobrinhos e amigos lá colocam.

Eu falei antes que não gostava do termo “vulnerabilidade” e, sim, do termo “desprotegido” pelo seguinte: quando um amigo, uma amiga da mãe ou uma tia posta uma foto de uma criança, por ser ela uma criança, ela não vai dizer se quer ou não. Ninguém vai perguntar à criança: *“Eu posso postar sua foto ou não?”*



Tendo em vista que compartilho realmente com essa preocupação e com a abordagem no referido texto, quero aqui reproduzir o que ele explica:

“Todos os dias milhares de fotos de crianças são postadas nas redes sociais. São pais e mães que não têm a mínima noção do quanto isso é prejudicial aos seus filhos. Essa superexposição se torna um terreno fértil para todos os tipos de criminosos, o pedófilo é um deles.”

Segundo dados do referido ensaio:

“Mais de 90% dos pais brasileiros postam as imagens de seus bebês nas redes sociais. Basta, hoje, observar o timeline de um usuário, a página de notícias do Facebook, que certamente haverá fotos de crianças, seja na piscina, dormindo, comendo ou até assistindo à televisão. O que antes poderia ser visto com algo ‘fofinho e engraçadinho’ virou mania virtual e foi qualificado pela empresa AVG, de segurança e proteção na Internet, em uma pesquisa mundial divulgada este mês. O estudo, realizado com 5,4 mil pais de 11 países, incluindo aí o Brasil, mostrou que postar fotos de bebês nas redes sociais virou um verdadeiro fenômeno.

Segundo os dados, 81% das mães e pais no mundo postam fotos de seus filhos on-line. A prática é ainda mais exacerbada no Brasil, onde 94% dos pais a adotam.”

E já foi dito aqui anteriormente que o Brasil é, realmente, muito conectado com a Internet.

Ainda segundo o estudo:

“A maioria das fotos postadas (62%) é de bebês de até 1 ano e pelo menos 30% são de recém-nascidos. No Brasil, os pais costumam postar mais fotos de crianças de 3 anos ou mais, e apenas 12% de recém-nascidos.”

Novas práticas vão surgindo e, assim, novos conceitos, como os casos de Morphing.

E continua o artigo:

“Você sabe o que é Morphing? Trata-se de uma prática, segundo a qual, algumas pessoas copiam fotos tiradas da Internet fazem uma montagem fotográfica com uma foto pornográfica.”

Portanto, é importante tomar cuidados antes de postar fotos de seus filhos na rede social e suas próprias fotos, porque, agora, não sabemos para aonde vão. Esta



semana foi bastante divulgado — e já foi falado aqui — que, às vezes, não se sabe como isso ocorre.

Para finalizar, deixamos aqui, Deputado Rafael Motta, onze proposições para a relatoria analisar e, caso considere pertinente, propor nas recomendações desta CPI.

A primeira delas seria a realização de estudos que possibilitem o conhecimento do fenômeno no Brasil. Acho que não temos isso. Nós temos hipóteses e, vamos dizer, fatos ou dados de determinadas operações, mas não temos um estudo que represente essa realidade, pelo menos, aproximada.

Isso é importante porque, como dizem vários teóricos, para enfrentar um fenômeno social, ainda mais um fenômeno que se multiplica e se modifica a cada dia, precisamos conhecer a realidade. E acho que esta CPI é um passo para esse debate e para essas proposições.

A segunda proposição seria o investimento em conhecimento técnico, investimento em infraestrutura para dar respostas aos crimes cibernéticos. Precisamos nos antecipar aos *hackers*, aos criminosos, aos que estão neste exato momento pensando e criando uma tecnologia de ponta, e a nossa Polícia Federal precisa estar à frente e, para tanto, precisa de estudos, de analistas.

Gostaria de solicitar e reivindicar a reabertura do Núcleo de Investigação dos Crimes de Alta Tecnologia — NICAT deste Estado. Como é do conhecimento de todos e de todas, o Governo do Rio Grande do Norte extinguiu há 2 anos o núcleo que havia, o que consideramos um retrocesso para o nosso Estado.

Senhoras e senhores, ilustríssimos Deputados, Vereadores, Juízes, membros das polícias, o que farão os cidadãos ao se depararem com crimes como esses? A quem buscarão?

Cidadãs estão também desprotegidas em nosso Estado, porque não é um crime cuja denúncia pode ser feita na delegacia do seu bairro, por um depoimento. O que vão fazer o delegado e os agentes? O que eles têm de equipamento ou de tecnologia avançada?

Fiquei feliz, de certa forma, ao escutar a fala dos delegados e agentes da Polícia Federal, porque eles nos disseram que têm estrutura.

Mas queria dizer que esta CPI deve reivindicar no seu relatório final uma estrutura avançada. Não se trata de uma estrutura mais ou menos de que



necessitamos para proteger nossas crianças, não — e não só as crianças, mas todas as pessoas, todos os brasileiros, os norte-rio-grandenses. Nós precisamos de uma estrutura avançada que dê conta da demanda.

Deve-se criar ou instrumentalizar os departamentos especializados, com laboratórios em tecnologia de informática, com analistas e especialistas em redes e em computação forense e científica; promover a formação e qualificação dos profissionais.

Será que há acompanhamento psicológico dos agentes? Eu não queria entrar numa coisa sensacionalista, porque esses temas que envolvem sexualidade e crimes relacionados a essa temática são complexos, mas eu sei de agentes que, após essas operações, como foi citado aqui muitas vezes, precisam de acompanhamento.

Foi citado que um profissional experiente, com 10 anos de carreira, que atuou no Polígono da Maconha, em Pernambuco, que chegou a casa e não jantou, não dormiu bem. Então, acho que não devemos focar num trabalho meramente punitivo para o Estado, para a legislação. Nós também devemos pensar nos profissionais que atuam.

Não sei o fundamento exatamente, apenas li, mas nem tudo que o que lemos é verdade. Por isso, valorizo muito o estudo e a pesquisa, porque fazem seu trabalho a partir de metodologias que se aproximam de um trabalho científico. Eu tenho conhecimento de que alguns agentes, às vezes, pedem férias depois de uma atuação, pedem afastamento por um tempo, pedem para ser removidos para outro departamento, porque ficam muito afetados. Essas pessoas também têm filhos.

Outra contribuição que eu gostaria de deixar seria exatamente a formação qualificada dos profissionais, o aperfeiçoamento da legislação e a campanha informativa. Deve-se promover o debate envolvendo as famílias, as escolas, a rede de proteção a crianças e adolescentes, o sistema de garantias e direitos, os gestores públicos, os conselhos tutelares, os conselhos de direitos.

Aqui temos representantes do Conselho Estadual, a Tomazia, uma grande militante de longa data, de muito tempo.

Todos devem ser envolvidos numa campanha educativa de esclarecimento. Como se proteger? Como proteger nossos filhos? Como proteger as crianças e os



adolescentes? Depois, vem outra pergunta: como agir diante de casos de crimes cibernéticos?

Ora, os próprios criminosos, quando estão no processo de investigação, perguntam: como vocês descobriram? Eles devem saber também como as coisas funcionam, assim como a sociedade deve saber como se proteger.

O diálogo e a educação, para finalizar, são as principais armas contra os perigos da rede. Os pais devem conversar abertamente sobre o uso ético, seguro e responsável da Internet. A escola também deve levar a discussão para a sala de aula.

Às vezes, nós nos perguntamos: existem recursos econômicos para tudo isso? Existem instituições, tais como Childhood Brasil, sobre a qual já ouvimos falar, e a própria SaferNet, que já foi citada aqui. Essas instituições têm produzido cartilhas educativas, com orientações de excelente qualidade, contendo, por exemplo, dicas de como navegar com segurança, dicas mais objetivas para cada público — educadores, crianças e adolescentes, pais e responsáveis. Por que não otimizar essa produção já existente?

A proposição, Deputado Rafael Motta e Deputada Presidente da CPI, é sugerir, articular e formar uma rede de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no ambiente virtual, sistematizar o que já vem sendo feito no Brasil e promover ações articuladas. Uma rede era uma forma de aglutinar vários setores: sociedade civil, Governo, Legislativo, Executivo, Judiciário, Polícia Federal.

Discutir sobre sexualidade é imprescindível, já que o tema está sendo deixado de lado quando discutimos pornografia infantil na Internet e pedofilia. Não podemos desassociá-los de forma alguma. É preciso discutir soluções para o problema da pornografia infantil na Internet, além da questão dos pedófilos, mas devemos pensar que a consciência digital é a forma mais segura para utilização da Internet, balizada pela ética e respeito ao próximo.

Para o Dia das Crianças, que ele seja celebrado com esperança. Vou tomar emprestada parte de uma composição do magnífico Milton Nascimento:

“Se muito vale o já feito, mais vale o que será. E o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir. Falo assim sem tristeza. Falo por acreditar que é cobrando o que fomos que nós iremos crescer. Outros outubros virão; outras manhãs, plenas de sol e de luz.”



E essa metáfora “*outros outubros virão, outras manhãs, plenas de sol e de luz*” é para continuarmos acreditando que é possível defender e promover os direitos das crianças e adolescentes não só do Estado, mas do nosso País.

Muitíssimo obrigada. E agradeço muitíssimo à CPI, ao Deputado Rafael Motta e à Presidenta da CPI pelo convite. Espero ter contribuído. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Gostaria de registrar e agradecer a presença do Prefeito de Lagoa D’Anta, Sr. João Paulo.

Muito obrigada pela presença, Prefeito.

Concedo a palavra ao Prof. Ricardo Kleber Martins Galvão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O SR. RICARDO KLEBER MARTINS GALVÃO - Ilustríssima Deputada Mariana Carvalho, na pessoa de quem saúdo a Mesa, senhoras e senhores, bom dia.

Gostaria de agradecer inicialmente este convite. Foi um pouco em cima da hora, na pessoa do Otávio. Fico muito feliz de participar deste momento e honrado por poder colaborar.

Vou trazer alguns fatos, alguns deles provocações, alguns até em resposta ao que foi colocado aqui. E me coloco à disposição, no que for necessário tecnicamente, para expor um pouco dessa vivência de 18 anos atuando em resposta a crimes de informática e, mais recentemente, na área de computação forense, que se se consolidou como uma área nova.

Eu sou professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. De forma inovadora, no curso de Redes de Computadores, há a disciplina Computação Forense. Ao longo de 8 anos de trabalho na UFRN, à frente do Núcleo de Investigação de Crimes Cibernéticos e 8 anos no IFRN, nós passamos por algumas situações que eu gostaria de trazer para fomentar o debate técnico e também para que possamos ver que não só de iniciativas ou de boa vontade se pode resolver esse tipo de problema.

Na realidade, existe uma necessidade muito maior. Por isso a figura do legislador é fundamental para saber o que se tem que fazer para tipificar os crimes de informática. Alguns crimes desses, por sinal, como já bem colocado aqui, não são novos. Eles têm só um veículo novo, mas, às vezes, só pelo fato de esse veículo ter sido colocado à disposição geraram-se dois fatores novos. Um deles é exatamente



essa sensação de anonimato de quem está por trás desses crimes. E outro é que pela forma como eles são praticados ou aperfeiçoados exige-se uma nova tipificação. Em alguns casos, existe a figura da jurisprudência, que é possível se utilizar para pegar a tipificação convencional e se adaptar para esses novos crimes cibernéticos. Mas, em alguns casos, não, e alguns foram citados aqui.

Eu gostaria de começar respondendo a uma questão que foi colocada pela colega Maria Dilma sobre o ITEP. Eu tenho feito um trabalho de acompanhamento voluntário, dentro da nossa limitação, tanto da Polícia Federal, tenho grandes amigos lá, o Prof. Galileu Batista, o Marcelo Abdala, e queria dizer que nós temos, sim, ratifico, uma das melhores Polícias Federais do mundo, hoje, principalmente no combate a crimes relacionados à pedofilia.

Quem tiver oportunidade de participar ou de verificar o resultado de um evento chamado ICCyber, a Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos, encabeçada pela nossa Polícia Federal, desde 2002, que traz Polícias Federais de mais de 30 países do mundo para discutir crimes cibernéticos no País, já houve este ano essa edição, verá o relato de algumas operações. Vendo essas operações, eu aprendi a admirar, ainda mais, o trabalho da Polícia Federal.

Eu cito duas grandes operações relacionadas a esse tema: a Operação Caverna do Dragão e a Operação DirtyNet. Vou encerrar com um breve instante o relato dessa operação, para terminar de responder a questão da Maria Dilma, e retorno com o exemplo da necessidade contínua de se aperfeiçoar os instrumentos de investigação.

O nosso ITEP tem, aproximadamente, 36 peritos no Estado. Desses, quatro seriam para crimes de informática ou crime cibernético, mas desses quatro, um atua exclusivamente em crime cibernético. Já o Sérgio, hoje, é extremamente sobrecarregado com isso daí. Eu fico à vontade, porque são colegas que trabalharam e trabalham conosco e, vez por outra, tentamos ajudar tecnicamente dando suporte.

Tenho orgulho de ter ajudado a criar o NICAT. Fico triste também que tenha sido encerrado. Agentes muito bem intencionados e tecnicamente quase autodidatas correram e criaram o NICAT, o Núcleo de Investigação dos Crimes de Alta Tecnologia, do Rio Grande do Norte, que, infelizmente, foi encerrado. Clamo aqui também para que haja uma iniciativa maior de valorizar. Ele foi encerrado muito mais



por falta de suporte técnico para que continuasse, não pelas pessoas que estavam dentro, pessoas muito honradas, profissionais, policiais muito dedicados ao que faziam. Então, eu acho que é uma boa oportunidade voltarmos e clamarmos pelo retorno, se não do Núcleo, futuramente de uma delegacia especializada.

Retornando à DirtyNet, eu gostaria de fazer uma pequena provocação sobre como é difícil, às vezes, legislar sobre crimes, principalmente crimes ditos e muitas vezes, no próprio relatório lido no início aqui, mal caracterizados como virtuais.

Muito cuidado, pessoal. Nós não temos um crime virtual. O crime virtual é quando vamos jogar no computador e mata-se uma pessoa e depois se vê quem matou mais. Aquilo é o crime virtual. Nós temos um crime real sendo praticado dentro de um ambiente virtualizado. Isso é que tem que ficar bem claro. Às vezes, as pessoas confundem o ambiente virtual com o crime virtual que, nesse caso, não é um crime, de fato. Daí também uma margem, um pretexto para se tratar de forma inconsequente o uso das tecnologias.

E eu trago dois casos muito importantes e relevantes que aconteceram no nosso Estado, para refletirmos. O primeiro foi há alguns anos, quando um rapaz foi preso aqui em Natal, saiu no *Tribuna do Norte*, foi bem divulgado. Vejam: ele entrou em um determinado provedor de hospedagem do Estado e marcou alguns *websites*. Ligou para uma empresa e disse: *“Olha, eu fiz uma marca aí nos seus sites para mostrar que eu invadi o seu sistema”*. E as pessoas foram olhar e, de fato, havia essa marquinha nos *sites*. Então, ele disse: *“Eu quero falar com o dono da empresa”*. E essa pessoa foi chamada. Ele disse: *“Eu posso acabar com o negócio de vocês, tirando do ar o site dos seus clientes e até trocando as páginas”*. Esse rapaz foi colocado diante do dono da empresa que perguntou: *“O que você quer para não fazer isso?”* Ele disse: *“Eu quero um pagamento”*. *“Quanto?”* Ele disse: *“Quinhentos reais”*. Ficou todo mundo já naquela apreensão. *“Puxa, será que isso é verdade, de fato?”* E ele disse: *“Mas como é que você vai me garantir?”* Ele disse: *“Eu vou aí buscar”*. Veja a sensação de impunidade. *“Eu vou aí buscar e levo um papel para você assinar. E eu assino me comprometendo a não invadir novamente o seu site”*.

O fato é que, incrédulo diante da situação, o dono da empresa procurou a polícia, armaram um flagrante e fizeram com que o cara, quando apareceu, dissesse, diante dos agentes que estavam ali, que ele estava cobrando para não prosseguir com o crime que estava em andamento. E quando ele fez isso, foi preso



e deu a seguinte declaração: *“Vocês não podem me prender. Isso é crime de informática e não tem lei para isso”*. Então, os agentes muito bem respaldados disseram: *“Isso é uma extorsão, um crime tradicional. Simplesmente usou método diferente”*. Essa é a primeira colocação.

A segunda observação é sobre a própria Operação DirtyNet. O orgulho que nós temos de toda uma investigação de vários meses culminou no Dia das Crianças, inclusive, também, quando foram presos 38 pedófilos no mundo todo. Mas houve um pequeno fato que maculou a operação. Houve uma execração, uma condenação pública de uma pessoa que não foi caracterizada e que, de fato, não era pedófilo. Vejam que situações piores aconteceram recentemente: pessoas presas em postes, e depois se descobriu que eram inocentes. Nós estamos falando de uma pessoa muito conhecida em nosso Estado, o Muçã, que, num primeiro momento, foi colocado como pedófilo que estaria fazendo parte dessa rede. Por quê? E eu chamo a atenção e gostaria de colaborar tecnicamente para esse debate.

Chegar até um equipamento envolvido num crime de informática não caracteriza, não quer dizer que o dono do equipamento é, de fato, o autor do crime. Esse é um grande erro.

O fato é que, depois, ficou provado que um familiar havia utilizado o equipamento do humorista. Uma vez chegando até o endereço do equipamento, divulgou-se publicamente que uma pessoa teria cometido o crime, o que não cometeu.

E vamos até a nossa casa. Eu gostaria só de saber, dos presentes, quem aqui usa Internet sem fio em casa? Por gentileza, levantem a mão. *(Pausa.)* Pois é. Um problema que está acontecendo, neste momento, e é mundial é a fragilidade da segurança das redes sem fio domésticas, e os criminosos usam as redes sem fio domésticas para cometerem crimes.

Pessoas podem, neste momento, usar o seu ponto de acesso sem fio, sua rede sem fio de sua casa e cometer crimes. E na hora em que a investigação chega até a ponta, sabem quem é o responsável pelo crime? O dono do equipamento, até que se prove que foi usado indevidamente.

Então, tem que se ter muito cuidado com isso. Tanto na legislação como na investigação, como na apuração, como na área pela qual eu estou aqui para tentar colaborar com vocês, a computação forense, a investigação dos crimes cibernéticos.



Parece uma coisa nova, mas essa coisa de que o criminoso está a dois passos à frente é uma realidade.

Enquanto nós falamos hoje que a computação forense começa a fazer parte da academia e se estudar esse assunto a fundo nas faculdades, já existe a anticomputação forense, aquelas técnicas de dificultar o trabalho, como foi bem colocado aqui, a rede Tor, o uso de criptografia, o uso de técnicas para burlar ou atrapalhar a investigação. Hoje, nós já estamos trabalhando na antiforense computacional. Nós estamos estudando como diminuir a probabilidade de pessoas dificultarem a investigação em crimes cibernéticos.

Então, vejam que, tecnicamente, a área é bem espinhosa. Nós avançamos, vimos avançando muito bem nisso. Temos ótimos profissionais nas polícias, na academia, nas universidades.

O Brasil, apesar de referência negativa, como foi bem colocado aqui, em muitos desses números apresentados internacionalmente, de crimes de informática, também tem excelentes profissionais que atuam hoje com muita ética. Isso tem sido o balizador desse tipo de atividade. Em novembro agora nós teremos um *workshop* de forense computacional dentro do Simpósio Brasileiro de Segurança da Informação. E a principal preocupação é: como não perder essa guerra que está em andamento?

Foi bem colocado, há pouco, que nós vivemos uma revolução da informação. É verdade. E nós todos estamos aqui meio que embasbacados com a Internet. Parece que as redes sociais, hoje, deixaram a sociedade num estado de dormência, chegando ao ponto de cometerem atos irresponsáveis sem o menor pudor. Pessoas sem qualquer prévia característica ou propensão a cometer crimes, hoje, terminam fazendo isso, tirando fotos de pessoas indevidamente e as publicando. Pessoas, a partir de uso de *softwares*, terminam roubando informações de outro por prazer ou cometendo crimes de fato. Acabou o romantismo na Internet.

Eu sou da época, quando comecei a estudar essa coisa da Internet, em seu início, que havia um romantismo. Eram *nerds* brincando de se comunicar, usando um ambiente novo.

Hoje não; o crime organizado se apropriou da Internet e usa isso muito bem, melhor do que, infelizmente, boa parte do nosso aparato policial, e à margem da legislação em muitos casos, buscando essas brechas da lei.



Conhecemos, em 2004, no ICCyber, lá em Brasília, na minha opinião, o melhor advogado em crimes cibernéticos do mundo. Ele se chama Boaz Guttman, é um israelense.

Ele chegou à frente de um monte de policial federal do mundo todo e disse: *“Para mim, colocou dinheiro aqui no bolso, vocês é que são os criminosos”*. Qual é a especialidade desse novo profissional, se pode se chamar assim? Contestar laudos de computação forense. Vejam a dificuldade neste mundo em que nós estamos vivendo.

Não basta boa vontade. Nós precisamos, o que é muito saudável — e agradeço o espaço demais aqui —, discutir como tecnicamente aproximar, se apropriar dessas dificuldades e legislar para que possamos, de fato, e aí parte para uma visão mais ampla de preparação do nosso Legislativo, do nosso Executivo. Eu também chamo a responsabilidade, neste momento, para nós, pais de família, para as nossas casas.

Muitos dos crimes que estão aí são reflexos, falando diretamente dos nossos filhos, da falta de observação do que eles estão utilizando na Internet. Se os pais estão — desculpem o termo — embasbacados diante da Internet, do que ela pode fazer, na hora que dá um *smartphone* para uma criança de 4 ou de 5 anos espera que ela faça o quê?

E é onde começa um buraco mais profundo que merece uma meditação também: será que só jogar para o Estado o dever de legislar, só jogar para a polícia o dever de correr atrás, do Judiciário, de julgar nós vamos resolver?

A escola tem uma parcela fundamental, mas os pais também. Vamos juntos, Estado, pais e escolas, trabalhar de mãos dadas. Há várias iniciativas em nosso Estado, eu quero chamar a atenção aqui de uma ótima iniciativa que eu tive a oportunidade de ver minhas filhas participarem: o PROERD, que leva a discussão lá para as escolas, falando sobre as drogas, falando sobre o *cyberbullying*. São policiais do nosso Estado com preparação específica e levam até nossos filhos essa preparação.

Eu tenho duas filhas de 11 anos, Deputada. Quando elas fizeram 11 anos, eu pensei duas vezes: *“São superdedicadas, estudiosas. Vou dar smartphone para elas, porque já está quase na hora”*. E comprei, entreguei para elas e fiz um pacto: *“Eu vou, por uma semana, analisar se vocês podem, de fato, participar das redes*



que estão aí disponíveis, a saber, WhatsApp. Não coloquem senhas em seus celulares, não apaguem, porque eu quero verificar”.

Em 3 dias, eu tive que bloquear o acesso de minhas filhas porque coleguinhas de 10, de 11 anos com pornografias, fotos e vídeos em grupos de crianças de 10 e 11 anos, minha gente!

Será que o problema é só na ponta, é só no julgar, é só no legislar? Então, precisamos de uma reflexão mais abrangente, fazer um tratamento de choque contra esse torpor, esse senso de que tudo pode e tudo vale na Internet. Não.

Falo muito mais na emoção, neste momento, do que tecnicamente. Ora, a minha concepção ou a minha formação na área de segurança de redes vem ainda de verificar quem invadiu *sites*, passar 4, 5 meses verificando quem é que foi lá e teve a audácia de invadir sistemas, computadores. Mas, hoje, eu trago essa reflexão também para dentro de minha casa, para a sociedade, cobrando um pacto. Estamos em uma situação fora de controle.

Então, quero parabenizar essa iniciativa e aproveitar este momento em que estamos diante dos legisladores e formadores de opinião, os políticos do nosso Estado, para: vamos levar a sério esta CPI, vamos, de fato, tentar chegar a uma solução factível, porque temos um equilíbrio que ninguém conseguiu ainda chegar ao limite dele. Segurança inversamente proporcional à usabilidade. A privacidade precisa ter limites, mas, por outro lado, o Estado não pode monitorar seus cidadãos.

Veja o problema que foi gerado com a espionagem americana. Nós temos isso também em nosso País. Todos os países fazem isso, mas estão sendo obrigados a tomar algumas posturas que precisam de uma reflexão. O quanto o Estado pode intervir na vida do cidadão em nome da segurança do próprio cidadão? O quanto o Estado pode invadir a privacidade do cidadão em nome de garantir outros direitos constitucionais que o cidadão tem?

Ninguém tem a resposta para isso. Tudo isso são provocações. Não quero que tomem nenhuma de minhas palavras como conclusivas, somente como provocações para um debate amplo, onde não temos respostas. Estamos no meio de uma revolução digital, sim. E esta CPI é só um ponto onde nós podemos colaborar. Vamos deixar que a legislação fique bem clara. E, a sociedade participando, cada um a seu modo, pode fazer com que isso se caracterize de fato, e tenhamos cuidado para que não atiremos nos nossos próprios pés.



Algumas leis terminam causando problemas para quem, antes, pedia por elas. A própria lei, vulgo Carolina Dieckmann, por exemplo, assim que entrou em vigor, eu parei de dar aula de computação forense. Fui conversar com o Quintiliano da Polícia Federal lá de Brasília: “*Será que eu vou ser preso?*” Houve um protecionismo. A legislação falava que quem criasse, divulgasse, ensinasse meios de contravenção de equipamentos informáticos era criminoso.

E eu faço isso, mas faço com ética. Eu preparo o que hoje se chama de ética aos *hackers*. São aquelas pessoas que têm uma preparação adequada para combater o crime cibernético. Mas eu vou ser preso em função disso? Então, é um debate que tem que ter muito cuidado. A própria lei de crimes contra a pedofilia, não sei se vocês sabem, foi muito pensada, muito pensada, escrita exaustivamente e, no final, ela ainda deixou uma brecha que atrapalhou por muito tempo a vida da Polícia Federal. Sabe por quê? Ela tratava de quem produzir, quem transmitir, mas esqueceu de que quem armazenasse material de pornografia infantil era criminoso. E a polícia tinha que fazer campana, esperar o criminoso transmitir a informação, porque, se chegasse ao computador dele e encontrasse fotos de pornografia infantil, não era crime. Essa é a falta de tipificação. Vejam como é complexa a situação?

Então, para não me alongar, nós já estamos na hora do almoço, algumas pessoas já estão abrindo a boca ou prontas para almoçar, mas, enfim, eu queria ficar à disposição de vocês. Tecnicamente, há vários casos que podemos colaborar, que passamos por eles, alguns lemos, alguns ensinamos, mas muitos nós passamos por eles em curso de computação forense no Brasil afora.

Para terem uma ideia, eu tenho dado aulas até no Acre, na UNINORTE, na UFAC, no Acre, na Estácio, em Roraima. Há cursos de especialização específicos em computação forense.

Quem está fazendo? Pessoas de Informática, pessoas da área de Direito, colegas peritos federais, estaduais, privados, porque é uma área nova, uma área em que é necessário se saber onde está se pisando. Por quê? Senão, nós vamos ser engolidos por quem está à margem da lei. Essas pessoas estão se apropriando da Internet e tentando fazer dela uma terra sem lei.

Repito aqui o que foi dito umas três vezes: a Internet não é uma terra sem lei. Se investigarmos corretamente, nós chegaremos ao autor do delito. Precisamos só nos preparar para isso e, quando, finalmente, conseguirmos esse *status*, essa



sensação de que estamos apagando todos os incêndios, nós vamos poder finalmente começar a trabalhar preventivamente.

Quase não temos, Maria Dilma, hoje, uma postura preventiva, porque sequer estamos conseguindo apagar os incêndios dos crimes cibernéticos. Essa é uma iniciativa que começa agora, para que estejamos, e, num segundo momento, futuramente, falando sobre prevenção por nos apropriarmos do controle do combate ao crime cibernético; e, especificamente, nesta CPI, o que vem sendo discutido contra nossas crianças e adolescentes.

Estou à disposição. Obrigado.

Bom dia a todos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, professor.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Fábio Faria, que vem prestigiar a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Mesmo não sendo membro titular, veio aqui mostrar sua solidariedade quanto aos casos de pedofilia e tem nos ajudado muito em Brasília nas questões da CPI. Agradeço-lhe pela presença, Deputado Fábio.

E também, mais uma vez aqui, quero deixar, Washington, o nosso abraço ao Deputado Rogério Marinho, que não pôde estar presente.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Faria.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA - Sra. Presidente da CPI, Deputada Mariana Carvalho, do PSDB de Rondônia, que tem feito um grande trabalho na Câmara dos Deputados. S.Exa. já é Vice-Presidente Nacional do PSDB, o que muito nos orgulha, e hoje eu digo muito que Mariana é uma das Deputadas mais queridas do Congresso Nacional. É dedicada, trabalhadora, amiga e está aqui, mais uma vez, no Rio Grande do Norte, ao lado do meu amigo, Deputado Federal Rafael Motta, que é Relator desta CPI. Eu não faço parte da CPI, mas fiz questão de vir aqui prestigiar e trazer aqui o meu apoio à Mariana e ao Rafael.

Quero cumprimentar aqui o Sr. Márcio Tenório Wanderley, Delegado-Chefe do Núcleo de Inteligência da Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Norte; o Dr. Mário Jambo, Juiz Federal da 2ª Vara; a Sra. Maria Dilma Felizardo Ferreira; e o Sr. Ricardo Kleber Martins Galvão, professor nas áreas de Segurança de Redes e Perícia Forense Computacional.



Então, meus amigos, eu vim aqui como cidadão, como Parlamentar e como pai. Hoje, nós temos uma preocupação muito grande com a Internet, que é um ambiente hoje no qual os pais não sabem o que os filhos estão fazendo. Qualquer criança hoje de 1, 2, 3 anos já mexe em um iPhone ou iPad mais do que qualquer adulto. E ali é onde mora o perigo, Mário.

Há 10 anos, se alguém falasse em CPI de crimes cibernéticos, as pessoas olhariam para você e dariam risadas. Mas, hoje, não, porque é um campo obscuro em que não existem ainda legislações severas. Combater a pedofilia já era difícil no passado, imaginem agora com a Internet! Ouvi o professor falar sobre a publicação de fotografias de um grupo de crianças de 10 anos em *sites* de pornografia infantil. Já ouvimos falar muito que isso acontece na Região Norte, que acho que é a pior Região em termos de pedofilia no Brasil, e existe muita pedofilia.

Então, eu quero aqui trazer o meu apoio, Deputado Rafael Motta — e falo aqui também em nome do Governador Robinson Faria —, à Secretaria de Segurança, na pessoa da Secretária Kalina, para trabalhar em conjunto, já que está esta audiência pública está sendo realizada aqui no Rio Grande do Norte, que, como o Rafael me falou, é uma fonte de filmes, de vídeos, de fotos de pedofilia, que muito nos entristece. É preciso, Deputada Mariana Carvalho, que a Polícia Federal, a Secretaria de Segurança e todos os órgãos trabalhem em conjunto para que a gente possa acabar com esse crime, porque é um crime. E nós deveríamos, lá na Câmara dos Deputados, tornar o crime de pedofilia inafiançável, de, no mínimo, prisão perpétua, porque quem tem coragem de pegar uma criança de 8, 9, 10 anos para praticar pedofilia não é um ser humano. Então, essas pessoas não deveriam estar entre nós.

Então, quero aqui só me solidarizar. Não faço parte da CPI, mas tenho muita amizade com o Rafael e com a Mariana e muito orgulho de eles serem membros desta CPI e estarem fazendo um trabalho tão bom em todo o Brasil, especialmente aqui no Rio Grande do Norte.

Obrigado a todos. Um bom trabalho. Contem comigo também nessa causa.
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Quero agradecer aqui as palavras do Deputado Fábio Faria, que também é um grande amigo nosso. A gente fala que na política, muitas vezes, é isso que vale. Independentemente das



peessoas que estão na CPI, é importante que os nossos legisladores estejam atentos para todas as causas que acontecem. São muitas Comissões, muitas CPIs, nem sempre a gente pode estar em todas aquelas que a gente gostaria. Muitas vezes não é porque não estamos fazendo parte ou sendo membro que não estamos apoiando a causa.

Então, agradeço muito a sua presença e a sua participação aqui conosco nesta manhã. Muito obrigada.

Vamos passar às inscrições. Eu tenho cinco nomes de pessoas que se inscreveram. Eu só gostaria de pedir a cada um que seja realmente breve. Vou controlar o tempo aqui, porque nós temos compromissos na televisão e no rádio ainda hoje e não temos muito tempo. Então, vou passar a palavra aos inscritos e dar o tempo de 3 minutos para cada um, para que todos possam também falar aqui.

O nosso primeiro inscrito é o Sr. Marcelo Guedes.

O SR. MARCELO GUEDES - Boa tarde a todos!

Meu nome é Marcelo Guedes, como já foi falado. Sou da área da Enfermagem; desde 1995, funcionário público, sou também formado em Letras. Atuo como enfermeiro nos hospitais públicos aqui da cidade e sou Diretor do SINDISAUDE, atuando na área sindical. Sou suplente de Deputado Estadual pelo Partido Verde e sou pai também.

Quando eu vi esta audiência pela TV eu me interessei. Nossas falas já foram até complementadas por alguns dirigentes aqui. Quero saudar a Mesa, o Deputado Rafael Motta, a Deputada Mariana Carvalho, o MM. Dr. Juiz e todos que compõem a Mesa.

Isso é preocupante, e eu senti esse desejo de estar presente aqui nesta audiência, porque a gente sabe que os crimes de Internet vêm crescendo de forma alarmante e que a Polícia Federal e as polícias, de um modo geral — e a gente percebe isso aqui nas falas —, estão vulneráveis diante desses crimes que vêm acontecendo em nosso País. É preciso mais políticas públicas e políticas sociais e conscientização da população para esse tipo de audiência. Esse é um primeiro passo, nós vemos aqui, e isso deve estar sempre presente.

É importante que essa iniciativa do Deputado Rafael Motta e da Deputada Mariana Carvalho aconteça em nosso Estado, mas que não fique só aqui dentro da Assembleia. Os crimes cibernéticos e o de pedofilia devem ser divulgados para a



sociedade, não só pela televisão, como, por exemplo, por meio de uma panfletagem no bairro em que isso vai acontecer, para que a população tenha mais conhecimento, porque acontece muito esses tipos de crimes em nossas casas, no dia a dia, nas escolas, em hospitais. Estamos sempre presenciando não só o crime cibernético, mas a pedofilia, que não é divulgada de uma forma geral. Precisamos que o cidadão esteja a par e tenha conhecimento do que está acontecendo em nosso País, principalmente no Rio Grande do Norte, que é um polo turístico, e já foi divulgada a prática de pedofilia naquele Estado. Nós temos aí que hoje o Rio Grande do Norte vem enfrentando esses problemas principalmente com relação ao turismo, à pedofilia, com a venda das nossas crianças. É preciso que esse crime seja combatido pela Polícia Federal.

Então, eu sugiro aqui que os nossos legisladores façam mais leis severas, não só para aqueles que estão vendendo o seu picolé na rua, mas também para aqueles que usam a gravata também, que são os piores criminosos que existem em nosso País e em nosso Estado. Aqueles que usam a gravata também cometem esse tipo de crime, que não é tão divulgado como quando um pai de família estupra uma criança — o que está errado, pois o crime tem que ser combatido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Mariana Carvalho) - Peço que conclua, Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO GUEDES - O crime tem que ser combatido nas diversas classes sociais, não só por pessoas de vulnerabilidade social, mas também por pessoas que usam a gravata e cometem esse tipo de crime.

Então, a gente precisa combater com igualdade esse tipo de crime cibernético e a pedofilia. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Mariana Carvalho) - Obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Gustavo Diógenes. (*Pausa.*)

Enquanto o senhor se encaminha, gostaria de registrar e agradecer a presença do Seu Condinho, Tetê, Eduardo, Jaílton, Edna, Seu Axé, Seu Emídio, Manoel Eduardo, Vanda, Tatiana, Valcônio, Lobão, Borges, Natália, Seu Sarturino, Seu Aloísio, Seu Charles, Seu Zé da Caçamba, Seu Pedro, Frederico Rosado, da cidade de João Câmara, o Bolo, o Israel e o Tiago. Muito obrigada pela presença de todos vocês também.



O SR. GUSTAVO DIÓGENES - Bom dia a todos! Eu me chamo Gustavo Diógenes. Sou da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de um coletivo de pesquisadores de Direito Digital. Em breve, seremos um grupo de pesquisa em consolidação, grupo de estudos de Direito da Internet.

Primeiro, eu quero agradecer o debate, que foi muito produtivo, um debate de uma qualidade excepcional. Então, agradeço a todos os participantes, a todos aqui, e foi, de fato, uma experiência única. Mas eu queria ressaltar um ponto específico, que foi a proposta da criação de uma Comissão permanente, de um fórum permanente, para discutir as temáticas de Direito Digital, de legislação acerca do tema, ou seja, tudo isso que já discutimos aqui hoje.

Eu tenho experiência com órgãos do tipo. Particpei do 5º Fórum da Internet no Brasil, que também foi muito produtivo. Em respostas a tudo, eu gostaria de propor — e reforço essa proposta de criar isso, oferecendo a minha equipe do grupo de estudos de Direito da Internet — a organização de uma Comissão experimental, de um fórum experimental nesse aspecto, nesse assunto, e, assim, poderemos começar a trabalhar. Poderia ser algo recorrente, algumas vezes por ano ou anualmente, não sei. Isso tudo pode ser discutido.

Então, em resposta a essa iniciativa, eu gostaria de dizer que a nossa equipe do grupo de estudos de Direito da Internet se propõe, de maneira completamente disposta, com toda boa vontade, a organizar um evento inicial, a fim de vermos como funciona esse experimento. Poderemos, certamente, produzir um relatório, algo no formato multissetorial, como o Comitê Gestor da Internet no Brasil já adota, isto é, no setor governamental, setor acadêmico, setor empresarial, sociedade civil, e assim por diante, um evento aberto.

Eu entendo que, nesse molde, poderemos, sim, conseguir ótimos resultados e, como já foi dito aqui, nos adiantar para as mudanças tecnológicas. Ao invés de esperarmos que surja uma tecnologia nova e que as tecnologias sejam usadas para fins maléficos, nós poderemos já nos adiantar e criar uma proposta, um projeto, e, assim, contribuirmos para a nossa sociedade.

Sendo assim, reitero que o grupo de estudos de Direito da Internet da UFRN se propõe a cumprir esse serviço e contribuir para a sociedade.

Bom dia a todos! (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputado Mariana Carvalho) - Bom dia! Muito obrigada, Gustavo. A gente precisa, sim, dessa colaboração.

Vamos deixar os *e-mails* e contatos da CPI também para estarmos juntos, trabalhando em conjunto para o resultado final desta Comissão.

Gostaria de chamar o Sr. Rafael Maurício, pelo tempo também de 3 minutos.

O SR. RAFAEL MAURÍCIO DA COSTA - Bom dia!

Quero parabenizar todos pela iniciativa.

Sou Rafael Maurício, um dos Diretores da ABCID — Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital, que compreende as *lan houses*. A gente faz um trabalho com os proprietários de *lan houses*, mas há também uma preocupação com aquele que está na ponta, que é o usuário, até porque o computador hoje em uma casa dá acesso para quatro pessoas e em uma *lan house* dá acesso para cerca de 150, 200 pessoas, e já chegou, anos atrás, a 400 pessoas. No Nordeste, a gente ainda tem um diferencial grande em relação à inclusão digital.

Eu só faço um alerta, nesta Comissão, porque aqui em Natal, principalmente, a gente sofreu muito em relação a entraves, tanto na normatização, como na legislação. Embora os centros públicos de acesso sejam gratuitos ou pagos, *lan house* ou telecentros, sempre foram os piores lugares para se cometer crimes virtuais, porque até mesmo os que são abertos têm circulação de pessoas.

Aqui no Estado, a gente encontrou uma situação muito atípica, porque a gente chegou a uma situação, Deputado, em que, de acordo com uma lei municipal, só se podia ter um centro de acesso, uma *lan house*, no mar, distante 500 metros, no caso, de qualquer escola ou centro de ensino.

Depois de tentar criminalizar quem menos tinha problema com crimes cibernéticos, descobriu-se que era a maior porta para se promover conscientização. Então, nós começamos a criar movimentos, mobilizações e campanhas para que o usuário que tivesse na ponta, ou o pai, até mesmo porque estamos numa situação em que o filho hoje tem conhecimento e acesso mais do que o pai. Então, como é que o pai vai orientar o filho sobre algo que, às vezes, ele nem conhece. Não tem como. Então, a gente tem que começar a criar um movimento, com campanhas em rádio, TV, Internet, escolas, *lan houses*, para que promovam essa interação, para que os pais acompanhem a vida digital dos filhos.



Durante muito tempo, promovemos várias matéria e entrevistas, em TVs, com essa temática, mas eu deixo aqui um alerta, porque chegamos a uma situação em que o problema não é mais o camarada que vai, de repente, quebrar uma rede fechada numa casa. Não, a gente está chegando a uma situação em que a Prefeituras está colocando redes livres em praças, e o criminoso vai usar essas redes lá. Então, tem que saber como identificá-lo, tem de saber quem é essa pessoa.

As pessoas também estão começando a ver que o conhecimento tende a ser cada vez mais livre, mais aberto. E eu faço parte de um movimento. Temos acompanhado fóruns de Internet, junto com a Safer Internet também. Hoje, numa *lan house*, na minha, por exemplo, o *desktop* tem vídeo de conscientização do CGI, que é o órgão que cuida dessa questão da Internet também aqui no Brasil. A gente tem promovido várias campanhas, essa conscientização do usuário, mas o que a gente precisa é entender cada vez mais esse processo e ver que a legislação será não só para hoje, mas para daqui a 10, 15 anos, de uma tecnologia que muda de um mês para o outro.

A gente não pode barrar o processo da inclusão digital no País, condenar a Internet que é apenas um meio, por causa de pessoas que resolvem usá-la de forma ilícita.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Peço que conclua, Rafael.

O SR. RAFAEL MAURÍCIO DA COSTA - E, acima de tudo, um ponto simples: os *hackers* foram aqui citados como pessoas do mal. O *hacker* é o do bem, é aquele que programa. Eu faço parte de um grupo no Telegram, que é o primo do Instagram. Na verdade, a ideia é hackear a política. Então, o *cracker*, sim, é o cara que usa a programação para o mal, mas o *hacker*, não. Ele é quem programa, desenvolve, inclusive politicamente, ações que promovam participação social pela Internet, interação, transparência.

Então, acima de tudo, eu acho que, na vida, ninguém é bom o suficiente quando só é bom, mas quando torna as pessoas tão boas quanto ele. Então, a gente precisa tirar pessoas do lado da força e entender que cada *cracker* desse, que é o *hacker* do mal, que hoje está lá fazendo um crime virtual, quebrando falha de segurança, amanhã ele será contratado por um banco, na verdade, punido, mas ele



será contratado justamente para fazer a segurança desse banco. A gente vê essa realidade.

Então, deixo aqui o alerta. Parabéns. A gente está aí para contribuir com esse movimento de conscientização possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Rafael.

Eu gostaria de pedir desculpas a todos, mas tenho uma entrevista agora às 13 horas. Então, vou ter sair, mas vou deixar a Presidência com o Deputado Rafael Motta.

Mas, antes, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos, dos Parlamentares, do Deputado Carlos ,que veio nos prestigiar, todos os Vereadores e Prefeitos.

Realmente, a gente fica muito feliz quando vê que um tema consegue receber esse prestígio das pessoas, da sociedade, das entidades. Isso é muito importante. Às vezes, a gente pega algumas causas e não consegue sentir tanto interesse da sociedade. E aqui, nesta manhã, isso ficou bem claro com a participação de vocês.

Então, quero agradecer a toda à imprensa, a todos os funcionários que vieram, às pessoas cedidas pela Assembleia, através do Presidente, o Deputado Ezequiel Ferreira. Ficamos muito felizes com a acolhida.

Então, quero agradecer também ao Deputado Rafael Motta pela grande iniciativa desta CPI que começou agora. S.Exa. já teve a visão de trazer a CPI aqui para o Estado do Rio Grande do Norte. É muito importante conhecermos as causas locais e as diferentes realidades. Eu sou de Rondônia, e a realidade de lá é bem diferente daqui, mas há casos em comuns. Precisamos resolver esses problemas da sociedade e, como Parlamentares, enxergando cada vez mais o País. Em alguns anos, aonde chegaremos se não começarmos a estudar e trabalhar por esse problema hoje?

Quero agradecer muito ao Dr. Márcio, ao Dr. Mário, à querida Maria Dilma, ao Prof. Ricardo e às pessoas que aqui vieram nesta manhã. Muito obrigada. Estou à disposição e sempre será uma honra e um prazer voltar aqui em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Coloco-me à disposição. As pessoas que puderem contribuir podem enviar e-mails para a CPI. Vou pedir ao Deputado Rafael, depois, para passar os contatos.



É muito importante a contribuição de todos para chegarmos ao final desta CPI. Ela tem duração de 120 dias, mas já até conversei com o próprio Presidente da Câmara — e fazendo um estudo juntamente com o Deputado Rafael — sobre a necessidade de prorrogar a CPI, que, sem dúvida, deverá durar 1 ano. Já aviso a todos, porque, para chegarmos a um trabalho conclusivo, é preciso esse estudo.

Até mesmo agora aqui, o Deputado Rafael Motta falou sobre o Comitê Gestor da Internet. Na sexta-feira, eu e o Deputado Rafael estivemos em São Paulo, conversando e conhecendo como funciona e como surgiu a Internet no Brasil, e parece que a gente está fora do nosso País. Alguém comentou até mesmo sobre os nossos dados: hoje nós somos vigiados 24 horas em razão da Internet. Tem aplicativos no celular que a gente nem sabe que registram o horário que a gente chega e que a gente sai dos lugares e, cada vez mais, a gente está sendo monitorado em todos os lugares. Temos câmeras filmando a gente. Vivemos essa digitalização mundial e cada vez mais essa Internet das coisas faz parte do nosso dia.

Agradeço e peço mil perdões por ter que sair. Deixo aqui a Presidência com o Deputado Rafael Motta.

Muito obrigada. Bom dia a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rafael Motta) - Dando continuidade, agradeço a presença da Deputada Mariana Carvalho e passo a palavra para Graça Lucas, que dispõe do tempo regimental de 3 minutos.

A SRA. GRAÇA LUCAS - Boa tarde a todos! Sou Graça Lucas, Coordenadora do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte e da União de Negros pela Igualdade.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Rafael Motta e dizer que estou feliz pelo Rio Grande do Norte ter essa oportunidade. Eu sou uma feminista, negra, comunista, mas, além de tudo, sou mãe e sou avó.

Precisamos trazer para cada um e para cada uma a responsabilidade. Fui membro da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Está lá no relatório final a criação do Conselho Nacional de Comunicação que, até hoje, não saiu do papel.

Então, Deputado Rafael, por gentileza, que a Câmara Federal se empenhe para que esse Conselho seja criado, porque não basta apenas a repressão. É



preciso criar outras ferramentas, porque a responsabilidade é de todos. Não é só do Legislativo, não é só do Executivo. É de toda sociedade brasileira. Então, isso é necessário.

Eu também endosso a criação de um fórum permanente, porque os crimes acontecem todos os dias. Não podemos ter apenas ações pontuais. Então, o enfrentamento — e como eu sou uma pessoa pacifista, não gosto da palavra combate; remédio é guerra — dessa situação é responsabilidade de todos: Legislativo, Executivo, sociedade, Academia, Lideranças. A vida acontece em nossa casa, em nossa rua, em nosso bairro, em nosso Estado e em nosso País.

Então, eu, enquanto Coordenadora do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, que é composto por 18 entidades, enquanto Coordenadora de Gênero e Etnia da União de Negros pela Igualdade, que é o braço negro do PCdoB nos Estados, enquanto membro do Diretório do PCdoB de Natal, digo que é importante esse trabalho nas comunidades, trazer essa temática para perto, a fim de que as pessoas entendam que o prejuízo é de todos. Então, não cabe apenas encontrar e fazer a caça aos bruxos e às bruxas. A gente precisa ensinar as pessoas como usar a parte boa da Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rafael Motta) - Peço que conclua, Graça.

A SRA. GRAÇA LUCAS - A gente não pode ter a ilusão de mostrar apenas o que está errado, porque tudo que é proibido chama a atenção das nossas crianças, da nossa juventude. A gente tem que fazê-los enxergar como eles vão utilizar essa tecnologia, porque a gente não pode deter esse progresso, mas de forma positiva, de forma criativa. Então, que os orixás protejam todos e todas, para que a gente tenha a força para fazer esse enfrentamento.

O Brasil, as crianças, os adolescentes e os jovens merecem ter uma vida saudável sem esse fantasma, sem essa exploração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rafael Motta) - Peço que conclua, Graça.

A SRA. GRAÇA LUCAS - Quero dizer também que eu estou à disposição para fazer parte desse grupo, e que seja criado, no Rio Grande do Norte, esse fórum permanente. Eu estou à disposição para integrá-lo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rafael Motta) - Obrigado, Graça Lucas, pela participação.



Quero aproveitar o espaço para convidar o Deputado Carlos Augusto Maia para compor a Mesa, meu grande amigo, legítimo representante do povo de Parnamirim. E já faculto a palavra, se assim o desejar, ao Deputado. Vou ser rígido no tempo com você também, viu, Deputado? Eu peço só a compreensão, porque ainda tenho uma entrevista. V.Exa. dispõe de 3 minutinhos, e eu aviso V.Exa.

O SR. CARLOS AUGUSTO MAIA - Vou concluir antes.

Boa tarde a todos e a todas! Quero começar saudando a Mesa, de forma rápida, na pessoa do Deputado Federal Rafael Motta, e todos os demais presentes, na pessoa do Juiz Federal Dr. Mário Jambo, parabenizando-os pelo trabalho da Comissão e também o Dr. Mário por sempre estar presente em todas as oportunidades. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tive a oportunidade de participar de um debate no qual o Dr. Mário foi um dos palestrantes — e acho que foi na revista *In Verbis* —, que sempre se disponibiliza a contribuir com os grandes temas de interesse do Estado do Rio Grande do Norte.

Quero parabenizar o Deputado Rafael Motta e a Deputada Mariana Carvalho, que é uma Deputada extremamente atuante, uma Parlamentar exemplar para o País, e o Deputado Rafael Motta está fazendo um excelente trabalho. Agradeço, em nome do povo do Rio Grande do Norte, pelo fato de o Estado, o povo potiguar, poder dar a sua contribuição para a Comissão Parlamentar dos Crimes Cibernéticos.

É interessante o trabalho investigativo, o trabalho jurisdicional que é prestado nos crimes cibernéticos. É importante, porque o Parlamento pode contribuir para esse trabalho. As relações sociais hoje são complexas, viver em sociedade é muito complexo, e a legislação é justamente para tornar viável a vida em sociedade, e, com a Internet, isso fica muito tumultuado.

É bom também que a sociedade saiba que existe legislação sobre o tema, deficiente em alguns casos, mas eu digo isso, Deputado Rafael, porque, recentemente, na cidade de Parnamirim, a Vice-Prefeita, que é Lucinha Thiago, foi vítima de um crime, através do Facebook. A infratora, que está sendo indiciada, inclusive, acreditava que não existia punição, mas é um crime contra a honra objetiva e subjetiva, inclusive nesses dois parâmetros, e está respondendo por esse crime. Há uma grande dificuldade de chegar à própria autoria, e não à materialidade do crime, porque a deficiência da estrutura estadual sobre o tema de crimes cibernéticos é muito grande, Dr. Márcio.



A estrutura investigativa do Estado tem uma deficiência, e debates como este trazem à tona o problema pelo qual nós estamos passando e fazem com que a legislação e os nossos legisladores tenham um cuidado maior. E, com esse espírito, eu digo, como Deputado Estadual, se puder contribuir, que é importante formarmos uma Comissão aqui, nem que seja especial, para debates e estudos sobre o Direito Cibernético, os crimes cibernéticos, notadamente ligados à criança e ao adolescente, e a pedofilia.

Faço esse registro de agradecimento aqui por esta oportunidade. Parabenizo V.Exas., Deputado Rafael Motta, e leve o abraço também à Deputada Mariana Carvalho, que é muito atuante, e a gente acompanha pelas redes sociais o trabalho dela, que tem sido exemplo para a juventude. Eu sou um pouco jovem também e me espelho no trabalho de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rafael Motta) - Parabéns. Obrigado, Deputado Carlos Augusto. Sugiro a V.Exa., inclusive, que estude a possibilidade de criar uma Comissão nesta Casa Legislativa para ser parceira da Câmara Federal também na investigação desses crimes.

Passo a palavra para a Sra. Raquel Vasconcelos, pelo tempo de 3 minutos.

A SRA. RAQUEL VASCONCELOS - Boa tarde! Eu sou pedagoga, orientadora educacional de uma escola aqui de Natal. Quando vi todo mundo vindo para cá, quase que eu desisto, porque eu sou tímida para aparecer assim.

A minha colocação é mais uma inquietação do que uma dúvida mesmo para trazer um pouco da dificuldade que nós temos, enquanto escola, em fazer um trabalho de orientação e de conscientização dos jovens e das famílias.

Primeiro, pelo conhecimento superficial que a gente tem na área. Então, isso já é uma coisa que dificulta essa orientação. Segundo, pelo nível de maturidade em que os jovens estão. É como se, para eles, isso fosse uma realidade muito distante, embora esteja muito próxima de todos eles. E, terceiro, por conta da participação da família. Muitas vezes, quando as escolas realizam palestras ou reuniões em cima de determinados temas, são realizadas em horários fora do expediente de trabalho das pessoas, e a gente acaba alcançando um número muito pequeno de pessoas para orientar.



Eu penso que poderia existir trabalhos contínuos, projetos contínuos realmente para essa discussão ganhar mais espaço, porque é difícil as pessoas participarem de uma coisa que não conhecem. Então, nós deveremos pensar muito nos meios de propagação da discussão. Acho que as mídias, às vezes, acabam até contribuindo contra; às vezes, a mídia até incita que alguns crimes aconteçam, através de novelas e de campanhas negativas mesmo.

Eu acho que deveriam existir campanhas permanentes e que essas campanhas ganhassem força, que parassem de ser também iniciativas isoladas das escolas ou de núcleos específicos de escolas e que essas campanhas e discussões dentro da escola pudessem estar vinculadas a esses tipos de projetos, a esses tipos de campanhas, para que a gente consiga fazer isso de forma mais concreta, já que isso é tão abstrato para os jovens.

A minha contribuição era nesse sentido. Agradeço a V.Exas. a oportunidade também de falar.

Obrigada. Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rafael Motta) - Obrigado, Sra. Raquel, pela participação, a quem parabeno pela contribuição nesta CPI.

Quero finalizar esta CPI, inclusive abdicarei até da minha fala final para contemplar os nossos convidados, passando a palavra mais uma vez para o Dr. Juiz Mário Jambo, que disporá de até 2 minutos.

O SR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO - Pois não. Bem, rapidamente, primeiro quero agradecer à Comissão, na pessoa da Deputada Mariana Carvalho e do Deputado Rafael Motta, pela possibilidade de estar aqui, bem como a Assembleia Legislativa do Estado pelo acolhimento neste espaço popular.

Eu fiquei muito feliz com a fala da Sra. Raquel, pedagoga. Eu não acredito no Estado reativo, no Estado que reage com crimes simplesmente. O Direito Penal, ao contrário do que todo mundo pensa, não está aqui para resolver problema de segurança pública. E, quando a gente fala sobre crimes vinculados à pedofilia, isso fica mais dramático, até porque, quando o fato vem para o Direito Penal, o dano à criança já ocorreu, é irreversível, é para a vida toda.

Então, eu acredito que esta Comissão, em relação aos crimes cibernéticos ou a ele vinculados, quando fala em foro permanente, tem que levar à frente algo como um foro permanente de protocolos de proteção à criança. Nós estamos falando de



Internet profunda, mas, ao nosso lado, há miséria profunda. Se pegarmos o aspecto cultural aqui do Nordeste, a gente vê a precocidade de criança de 12 anos já tendo relações sexuais. E mais, existem aqueles chamados “casamentos do interior”, quando a criança já está prometida.

Há pessoas aqui na miséria que esperam — agora eu não sei se chegam mais — voos fretados só com homens, porque vêm de lá pessoas bonitas, loiras, com olhos azuis, como nos contos de fada. E essas pessoas na miséria ficam esperando esses estrangeiros, esperando para serem exploradas.

Então, deve haver, no âmbito do Município, do Estado e da União, redes protetivas. E eu gosto muito do modelo do CENIPA, que é um órgão federal que investiga acidentes aéreos e que muito orgulha o Brasil, pois só está atrás, em 1 milímetro, em uma nota, de um órgão semelhante no Canadá. Vale a pena conhecer o trabalho do CENIPA.

Por que ele é assim? Porque atingiu excelência. Se há um acidente aéreo, aquele processo não é encerrado enquanto não se descobrir a causa. Há processos com 30 anos, mas estes não se encerram enquanto não se descobrir a causa. Por isso que o transporte mais antinatural é o de maior excelência e de um risco menor. Nós temos que fazer isso com redes de proteção à criança.

Nós temos que, com os ensinamentos da pedagogia, na escola, na família, totalmente, todos os dias aferir esse processo de proteção.

Quanto à parte que para mim não é a principal, qual seja a da repressão, também precisamos aparelhar a polícia estadual. Ocorreu algo lá em Sergipe quando eu atuei lá: o Superintendente da Polícia Federal de Sergipe falou sobre a criminalidade e afirmou que, nos crimes cibernéticos contra a Caixa Econômica Federal, quem iria investigar era a Polícia Federal. Mas a polícia do Estado atuava contra o do Banco do Brasil, que é uma sociedade de economia mista, que vai para o Estado, assim como outros bancos particulares.

Então, até nisso os senhores têm que investir. Mas esse aspecto está vinculado a aspectos culturais de miséria, os quais, se não forem resolvidos, a simples legislação não terá o efeito que a gente pretende.

Muito obrigado mais uma vez aos Senhores. (*Palmas na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rafael Motta) - Obrigado, mais uma vez, Dr. Mário.



Muito obrigado pela contribuição, pela excelência do trabalho, pelo orgulho que nos dá à frente do Tribunal Regional Federal.

Passo a palavra à Maria Dilma, para também fazer a sua intervenção final.

A SRA. MARIA DILMA FELIZARDO FERREIRA - Eu gostaria de parabenizar mais uma vez o Deputado Federal Rafael Motta e a Deputada Mariana Carvalho. Por fim, quero dizer que sempre devemos terminar esses encontros de forma positiva, de forma propositiva também. Portanto, vou destacar algo muito especial que temos no Rio Grande do Norte, em especial nessa área da criança e do adolescente, mais focado na temática da exploração sexual.

Gente, o Rio Grande do Norte é pioneiro e se incumbiu dessa iniciativa inovadora. O Exmo. Juiz não é daqui e, então, é importante que saiba...

O SR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO - Sou daqui.

A SRA. MARIA DILMA FELIZARDO FERREIRA - O senhor é daqui?

O SR. MÁRIO AZEVEDO JAMBO - Não nasci aqui, mas...

A SRA. MARIA DILMA FELIZARDO FERREIRA - Não nasceu, mas adotou o Estado, assim como eu. Ótimo! Não nasci aqui, mas adotei o Estado.

Olha, gente, nós realizamos aqui no Estado do Rio Grande do Norte o primeiro Código de Conduta na área do Turismo, na cidade de Natal, voltado para o Estado do Rio Grande do Norte e adotado por várias empresas. Daqui nasceu a primeira campanha nacional, em 1993, após a primeira CPI que abordou essa temática, vamos dizer assim.

Daqui nós realizamos e criamos o primeiro curso de especialização na área da exploração sexual. Esse curso não existe em nenhuma universidade brasileira, e nós o temos aqui no Rio Grande do Norte.

Aqui, no Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, sediamos, realizamos e elaboramos o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente. Também aqui nasceu a ideia da criação da primeira Frente Parlamentar no Congresso Nacional, em 1993.

Depois disso, o Código a que me referi serviu de experiência — não digo de modelo, porque não é o caso — para outros Estados. Daí o Governo elaborou sua própria campanha, assim como outras organizações no Brasil também o fizeram.



O que eu quero dizer é que o que nós temos feito aqui nesta área, Deputado, tem sido referência não só para o restante do Brasil, mas também para a América Latina e outros países do mundo.

Então, é muito importante encerrar o encontro com essa perspectiva positiva, com essa perspectiva de que realmente vamos criar um fórum, um protocolo. Eu defendo muito o protocolo, Sr. Juiz, porque a tendência agora é essa mesmo.

A Europa adota muito os protocolos. Isso ajuda muito os profissionais. Refiro-me aos protocolos, porque, quando o profissional se depara com um caso, ao seguir um protocolo, ele também está se protegendo, pois não comete nenhum tipo de ilícito ou, vamos dizer, algo que possa ser usado contra ele.

Por fim, quero dizer que nós tivemos três conselheiros tutelares assassinados. E hoje se pergunta por que esses conselheiros tutelares foram assassinados. Um protocolo, quem sabe, teria evitado essas mortes.

Muitíssimo obrigada. E mais uma vez eu agradeço. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rafael Motta) - Obrigado, Dra. Maria Dilma, mais uma vez, pela sua participação.

Quero agradecer aos colaboradores desta Mesa, ao Márcio Tenório e ao Rubens, da Polícia Federal; ao Dr. Mário Jambo, a quem mais uma vez agradeço pela contribuição; ao Prof. Ricardo, da UFRN; e a todos aqueles que aqui já estiveram.

Nossos agradecimentos aos Deputados Federais, aqui representados pelo Deputado Fábio Faria; aos Deputados Estaduais, em especial ao Deputado Carlos Augusto Maia, aqui representando a Assembleia Legislativa; à Presidência deste Poder, em nome do Presidente, o Deputado Ezequiel Ferreira de Souza; ao meu pai, o Deputado Ricardo Motta; a todos os Prefeitos e Vereadores da capital e do interior do Estado que aqui estiveram e à sociedade civil.

Agradeço, ainda, aos nossos colegas da Câmara dos Deputados, que aqui se dispuseram a estar aqui em Natal. Sejam muito bem-vindos! Espero que voltem outras vezes e que não seja a trabalho.

Quero agradecer a todos vocês a contribuição que têm dado à CPI. Se não fossem esses funcionários aqui, certamente a nossa CPI não teria a efetividade que está tendo. Eu queria pedir uma salva de palmas para eles que participam e nos engrandecem na Câmara Federal.



E meus agradecimentos finais a todos vocês que contribuíram com esta nossa audiência pública, em especial a Deputada Mariana Carvalho, que se dispôs a estar no Estado do Rio Grande do Norte contribuindo para essa discussão.

As notas taquigráficas estarão disponíveis em nosso gabinete, para que a gente possa realmente anexar todas as informações que foram passadas a esse sub-relatório ao relatório do Deputado Esperidião Amin, para a gente realmente ter desdobramentos táteis desta CPI.

Lembro que estamos trabalhando assiduamente na Câmara Federal, na condição de Deputado Federal, mas — o que é mais importante ainda — na condição de cidadão potiguar, cidadão natalense e como jovem, para que realmente tenhamos essa legislação criminal no Brasil, principalmente no que diz respeito à Internet. Um País que não preserva a sua infância e não preserva a sua juventude não garante o seu futuro.

Essa é a minha obrigação como Parlamentar, como Deputado, mas também como cidadão e como jovem: proteger os direitos de todas as crianças e adolescentes, seja à frente da CPI, seja à frente do nosso mandato.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*